

**Universidade de Lisboa
Faculdade de Medicina de Lisboa**



Maus-Tratos, Droga e Criminalidade: Uma Trilogia no Feminino

Ivânia Gaspar Gomes

Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses

2008

**A impressão desta dissertação foi aprovada
pela Comissão Coordenadora do Conselho
Científico da Faculdade de Medicina de Lisboa
em reunião de 2 de Março de 2010.**

**Universidade de Lisboa
Faculdade de Medicina de Lisboa**



Maus-Tratos, Droga e Criminalidade: Uma Trilogia no Feminino

Ivânia Gaspar Gomes

Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses

Dissertação orientada pela Professora Doutora Luísa Branco Vicente

Todas as afirmações efectuadas no presente documento são da exclusiva responsabilidade do seu autor, não cabendo qualquer responsabilidade à Faculdade de Medicina de Lisboa pelos conteúdos nele apresentados.

AGRADECIMENTOS

“Ergueste-a, e fez-se.”

Fernando Pessoa

A presente Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Medicina Legal e Ciências Forenses não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas e instituições às quais gostaria de expressar os meus agradecimentos:

Ao **Conselho de Mestrado**, em particular ao **Professor Doutor Jorge Costa Santos** e à **Professora Doutora Helena Geada**, pela fonte dos seus conhecimentos e experiência e pela presença e disponibilidade ao longo do Curso de Mestrado.

À **Professora Doutora Luísa Branco Vicente**, orientadora da dissertação, por ter aceite orientar este trabalho, pelo material de estudo facultado e pelo valor do seu conhecimento e reconhecido trabalho na área da vitimização.

À **DGSP**, e em particular à **Dra. Adelina Carvalho** (Directora-Adjunta do EP de Santa Cruz do Bispo), à **Dra. Ana Maria Calado** (Directora do EP de Odemira), à **Dra. Ana Veríssimo** (Directora-Adjunta do EP de Tires), à **Dra. Isabel** (Psicóloga do EP da Guarda), pelo acolhimento e por todo o apoio facultado na organização e gestão de aplicação dos questionários nos respectivos Estabelecimentos Prisionais.

À **Professora Doutora Isabel Freitas**, pelo seu precioso apoio na etapa inicial da concepção do estudo, levantando questões que levaram à concepção metodológica utilizada.

À **Professora Doutora Ana Paulo**, pelo auxílio no tratamento estatístico dos dados recolhidos durante a investigação.

Aos profissionais, colaboradores e utentes **CAT das Taipas e IDT**, pela inspiração e motivação inicial para o desenvolvimento deste trabalho.

À **Dra. Teresa Nunes Vicente**, pela preciosa ajuda num trabalho de investigação sobre problemas de mulheres sofridas e solitárias, não possível de concretizar em isolamento, e também pelo seu saber e conselho sempre avisado com que pude contar.

Ao **Pedro**, pela presença, dedicação e motivação em todos os momentos.

Aos **meus Pais**, pelo apoio, carinho e compreensão.

Às 176 reclusas que aceitaram participar neste estudo. Ainda que sob o véu da incógnita, sem a sua colaboração não teria sido possível desenvolver esta dissertação; a estas **Mulheres**, o meu especial reconhecimento.

RESUMO

Este estudo insere-se no âmbito da Psicologia Forense, como disciplina de estudo do comportamento humano, surgindo para procurar esclarecer se existe uma correlação entre o abuso de substâncias e os maus-tratos em mulheres portuguesas em reclusão, assim como verificar as diferenças encontradas nas tipologias de crimes cometidos e no auto-conceito.

A população objecto de estudo é constituída por mulheres de nacionalidade portuguesa, reclusas em estabelecimentos prisionais de Portugal Continental.

A amostra utilizada refere-se a 176 reclusas, seleccionadas de forma aleatória, proporcionalmente repartidas pelos EP de Odemira, EP de Tires, EP da Guarda e EP de Santa Cruz do Bispo, que correspondem a cerca de 28% da população reclusa feminina, de nacionalidade portuguesa, no momento da aplicação dos inquéritos (Junho e Julho de 2007). Foi aplicado um inquérito sobre hábitos de consumo de substâncias, maus-tratos sofridos e dados sócio-demográficos. Além do inquérito foi também aplicado o ICAC - Inventário Clínico de Auto-Conceito.

Foram constituídos quatro grupos de referência e procedemos à análise dos dados recolhidos. Concluimos que a hipótese de que as variáveis “abuso de substâncias psicoactivas” e “maus-tratos” estão correlacionadas, sendo assim confirmada.

Constatámos que as diferenças na distribuição das tipologias de crimes acontecem sempre que a variável “abuso de substâncias” está presente. A hipótese de diferença na tipologia confirma-se apenas para 2 em 3 grupos.

A hipótese de diferenças no auto-conceito entre grupos de referência é infirmada com os dados obtidos e o valor de auto-conceito na amostra em estudo é superior à média da população feminina portuguesa.

Propomos que sejam efectuados futuros trabalhos de investigação que se possam debruçar sobre esta e outras temáticas do funcionamento psicológico das reclusas portuguesas, já que há muitos factores que podem ser explorados nesta população e que podem servir outros propósitos que não apenas os de um conhecimento mais aprofundado da criminalidade feminina, mas igualmente possibilitando a identificação de factores de risco para a criminalidade e para os diversos tipos de crimes. A identificação desses factores, e um bom conhecimento da forma como evoluem e se manifestam, podem levar à prevenção não só de alguns crimes mas também dos próprios factores que os precipitam.

PALAVRAS CHAVE: Maus-Tratos, Droga, Criminalidade, Mulheres, Abuso de Substâncias, Auto-conceito

ABSTRACT

This study comes forward in the field of Forensic Psychology as human behaviour science and seeks to acknowledge the possible correlations between substance abuse and abuses (emotional, physical, sexual), on portuguese incarcerated women, as to acknowledge the differences between crime typologies and self-concept.

The target population for this study is composed by portuguese nationality women found incarcerated at Continental Portugal prison establishments.

The used sample refers to 176 inmates, randomly selected, and proportionally distributed by the EP de Odemira, EP de Tires, EP da Guarda e EP de Santa Cruz do Bispo, corresponding to approximately 28% of the total portuguese born female inmates at the moment of the survey appliance (June and July 2007). An inquiry has been applied about substance use habits, suffered abuse and socio-demographic info. Besides the inquiry ICAC - Inventário Clínico de Auto-Conceito was also applied.

Four reference groups were composed which were submitted to data analysis.

Our findings were that the variables “substance abuse” and “abuses” are correlated which corroborates our work hypothesis.

We also verified that the differences in crime typologies distribution always happen when the variable “substance abuse” is present, which occurs in our study in 2 of 3 groups.

The hypothesis of differences in self-concept between reference groups isn't validated and the value of self-concept found in our study universe is higher than the one for the standard female portuguese population.

Suggestions are made for future investigation works to study this and others problematics concerned to portuguese inmates psychological functioning since there are many unexploited phenomenon in this particularly universe that can serve purposes not only of a more

sustainable acknowledgement of female criminality but they can also determine female criminality risk factors and different risk factors for crime in general. The identification of crime risk factors, allied to based knowledge of how they work, may lead to preventive measures of not only crime itself but its roots too.

KEY WORDS: Abuse, Drug, Criminality, Women, Substance Abuse, Self-Concept

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
-------------------------	---

Parte I: Revisão Bibliográfica/Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Maus-Tratos, Droga e Criminalidade

1.1. A Criminalidade no Feminino.....	13
1.2. Abuso de Substâncias Psicoactivas.....	20
1.3. Maus-Tratos em Mulheres.....	24
1.4. Abordagem Transversal.....	29

Parte II: Estudo Empírico/Exploratório

Capítulo 2. Metodologia

2.1. Descrição e Caracterização da Amostra.....	38
2.2. Características Sócio-Demográficas da Amostra.....	39
2.3. Variáveis Medidas pelos Instrumentos de Avaliação.....	41
2.4. Hipóteses.....	42
2.5. Procedimento.....	43

Capítulo 3. Instrumentos de Avaliação	45
--	----

Capítulo 4. Resultados

4.1. Apresentação dos Resultados.....	47
4.2. Discussão dos Resultados.....	68
4.2.1. Maus-Tratos, Droga e Criminalidade.....	68
4.2.2. Hipótese de Correlação Entre as Variáveis Independentes.....	76
4.2.3. Hipótese de Diferenças na Tipologia de Crimes Entre Grupos de Referência..	77
4.2.4. Hipótese de Diferença no Auto-Conceito Entre Grupos de Referência.....	81
CONCLUSÃO.....	83
BIBLIOGRAFIA.....	91
ANEXOS.....	102
1- Formulário de Informação à Participação em Inquérito	
2- Inquérito no âmbito da Dissertação do Curso de Mestrado intitulada “Maus-Tratos, Droga e Criminalidade: Uma Trilogia no Feminino”	
3- ICAC (Inventário Clínico de Auto-Conceito)	

INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se no âmbito da Psicologia Forense, como disciplina de estudo do comportamento humano aplicada à área forense.

A Psicologia Forense é um campo de estudo que se fundamenta parcialmente nas exigências práticas da administração da justiça, seja do foro penal, cível ou do trabalho, operando num contexto de perturbação social.

As primeiras intervenções periciais psiquiátricas remontam ao início do século XIX, quando se pensava ser necessário atender à motivação do delinquente na graduação da pena.

Hoje, o nosso Código Penal reconhece a criminalidade como um fenómeno bio-psico-social e aponta para uma análise do indivíduo inserido no seu contexto sócio-cultural, o que pressupõe uma abordagem interdisciplinar e pluridimensional, que possibilita, na prática forense, a existência de actividades que ultrapassem o limite da actividade pericial, como é o caso da formação e da investigação.

A função de um psicólogo forense consistirá em estudar, conhecer e explicar, de forma a permitir que quem julga e sentencia conheça o arguido ou a vítima, acedendo a mais do que é permitido pela face visível dos comportamentos.

É hoje possível para os profissionais das ciências sociais e humanas exercerem funções, na área forense, que se enquadram no âmbito da criminologia clínica e que contribuem para a humanização do sistema judicial, no sentido em que o estudo do indivíduo como ser bio-psico-social pode trazer novos conhecimentos que permitam levar a eventuais alterações legislativas, ou, pelo menos, à contribuição para um melhor conhecimento do comportamento humano em determinadas situações.

Em Portugal grande parte dos reclusos cumprem penas de alguma forma relacionadas com o consumo e/ou tráfico de drogas. Cerca de 31,3% das mulheres detidas apresentam uma história de consumos, como afirma Anália Torres (2002).

Encontramos na literatura inúmeros textos acerca de investigações que correlacionam a criminalidade com o consumo de drogas ilícitas, assim como outros que correlacionam os maus-tratos com o abuso de tais substâncias.

A relação entre o consumo de substâncias e os comportamentos criminais não é linear, refere Cândido da Agra (1998), apesar de existirem evidências de que estes dois comportamentos se sobrepõem inúmeras vezes.

Há estudos que apontam para que as mulheres que cometem delitos tenham sofrido frequentemente maus-tratos na infância ou na vida adulta (Chesney-Lind, 1997), coexistindo também distúrbios psiquiátricos e baixa auto-estima (Bloom e Covington, 2000).

A interligação entre droga, maus-tratos e criminalidade é complexa e abrange múltiplos factores correlacionados ou simplesmente apontados como causa e/ou efeito.

Estudos como o de Dorothy McClellan (1997), com mulheres detidas, mostram que existe uma diferença de géneros no que se refere aos maus-tratos e subsequente uso de substâncias e tipologia de criminalidade praticada. As mulheres referem com maior frequência terem sido vítimas de maus-tratos na infância e/ou idade adulta, o que potenciaria a depressão na idade adulta, assim como perturbações de ansiedade. Estas perturbações estariam correlacionadas com o abuso de substâncias prévio a comportamentos criminais.

Parece então importante procurar esclarecer se existe uma correlação entre o abuso de substâncias e os maus-tratos, dada a elevada prevalência de vitimização, depressão

concomitante e uso de substâncias em mulheres detidas, bem como verificar as diferenças encontradas nas tipologias de crimes cometidos.

O auto-conceito do indivíduo relaciona-se com a forma como este se situa no meio e se relaciona com o mesmo, assim como com as atitudes (mais ou menos funcionais) que este tem perante as situações com que se confronta. Encontram-se relações mútuas existentes entre o auto-conceito e as estratégias de *coping* do indivíduo. Parece-nos útil utilizar este conceito como forma de enriquecer o estudo.

No âmbito da Psiquiatria e Psicologia Forense o estudo da existência de correlação entre estes factores seria relevante para uma melhor compreensão do fenómeno da criminalidade feminina associado aos maus-tratos e abuso de substâncias, podendo também servir propósitos de prevenção através do esclarecimento da problemática.

É a este desafio que nos propomos neste trabalho: o de encontrar linhas orientadoras que nos guiem num caminho de conhecimento acerca do fenómeno da criminalidade no género feminino, atendendo aos factores dos maus-tratos, dos abuso de substâncias e do auto-conceito.

Parte I: Revisão Bibliográfica/Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Maus-Tratos, Droga e Criminalidade

1.1. A Criminalidade no Feminino

“O crime enquanto facto social, definido socialmente a partir de uma estrutura normativa, resulta da reacção social espoletada pela transgressão. O agente do crime assume a qualidade de delinquente na inter-relação com o significado que o acto adquire na consciência dos outros, em obediência aos processos normativos dominantes” (Leal, 2007).

O crime, o criminoso e a criminalidade resultam de construções sociais, razão que leva a que, por vezes, se torne necessário desconstruir modelos estereotipados. A função da Psicologia Forense passa, também, pelo trabalho de desconstrução e deve oferecer um contributo decisivo para quem legisla e quem julga possa dispor de uma visão radioscópica, que lhe permita ver para além do acto incriminatório e obter uma perspectiva pluridimensional de todas as partes envolvidas e das dinâmicas inerentes (Poiares, 2007)

O Código Penal português, de 1982, em vigor à data da execução do presente estudo e, por esse motivo, utilizado nos trâmites legais relacionados com os processos judiciais das participantes que responderam aos inquéritos deste trabalho, considera cinco tipos de crimes:

- Crimes contra as pessoas (homicídio, ofensas à integridade física, violação, entre outros);
- Crimes contra a paz e a humanidade (incitamento à guerra, entre outros);
- Crimes contra valores e interesses da vida em sociedade (bigamia, falsificação, entre outros);
- Crimes contra o património (furto, roubo, burla, entre outros);
- Crimes contra o Estado (crimes eleitorais, traição à pátria, entre outros).

Presentemente, está em vigor um novo Código Penal, aprovado em Setembro de 2007 e que apresenta os seguintes tipos de crimes:

- Crimes contra as pessoas;
- Crimes contra o património;
- Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal;
- Crimes contra a vida em sociedade;
- Crimes contra o Estado.

De acordo com o Código Penal em vigor podemos considerar que as crianças são os menores de 14 anos, os adolescentes são os menores com idade compreendida entre os 14 e os 18 anos, e a idade adulta situa-se dos 18 anos em diante. No presente estudo utilizaremos esta nomenclatura.

A criminalidade apresenta diferenças de géneros. Os delitos perpetrados pelas mulheres diferem daqueles cometidos pelos homens, já que se sustentam no posicionamento que as mulheres ocupam nas diversas facetas da organização social.

De acordo com as Estatísticas Prisionais 2006, da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), em 31/12/2006 existiam 12.636 reclusos em estabelecimentos prisionais, dos quais 885 mulheres (7,0%). Nestas 885 mulheres reclusas encontramos 635 (71,8%) de nacionalidade portuguesa.

Nas mulheres portuguesas em reclusão podemos verificar a prevalência de alguns crimes: tráfico de droga (48,3%), crimes contra o património (17%), homicídio (10,3%), ofensas

corporais (2,0%), tráfico e consumo (2,0%). No que se refere aos homens portugueses em reclusão, as diferenças principais são relativas aos dois crimes de maior expressão. Enquanto que nas mulheres o tráfico de droga aparece em primeiro lugar e os crimes contra o património em segundo, no caso dos homens passa-se o contrário, sendo os crimes contra o património aqueles de maior expressão (35,2%), seguidos pelos de tráfico de droga com 18,2%. Os outros crimes distribuem-se de forma semelhante para ambos os sexos.

Em Portugal encontramos poucos estudos que incidam sobre a população feminina em reclusão e a análise do tipo de criminalidade e padrões de comportamento.

A violência física extrema, evidenciando-se o caso do homicídio, é sobretudo uma violência de homens sobre homens em contextos de relações próximas (Pais, 1998).

As mulheres são mais frequentemente vítimas do que autoras. No entanto, quando cometem homicídio, quase sempre o fazem em contexto familiar e conjugal.

De acordo com o estudo de Elza Pais (1998), o homicídio conjugal representa 15,1% do homicídio em geral, sendo que mais de metade das mulheres homicidas a cumprir pena em 1994, representam casos de homicídio conjugal, circunstância que no masculino somente acontece em 13% dos casos.

As mulheres que cometem homicídio conjugal encontram-se maioritariamente na faixa etária dos 40-59 anos, seguindo-se as mulheres dos 19 aos 24 anos. Nos homens, a faixa etária maioritária é a das 40-59 anos, mas seguida de perto pela faixa dos 25-39 anos. Este crime, quando no feminino, tem portanto, um carácter mais juvenil.

Entre as mulheres entrevistadas, 50% das mais jovens afirma ter sido vítima de violência sexual, não sendo este aspecto referido pelas mulheres mais velhas.

Neste estudo encontramos o conceito do “homicídio maus-tratos” (Pais, 1998), que é um crime cometido exclusivamente por mulheres, sobre os seus maridos ou companheiros, quando foram vítimas de maus-tratos prolongados por largos períodos de tempo. São referidas sobretudo situações em que as mulheres viveram apenas uma relação conjugal, com registo de maus-tratos desde o início, e que assumiram uma continuidade ao longo da relação, prolongando-se por largos anos, constituindo o crime a alternativa trágica ao fim da conjugalidade e, por consequência, aos concomitantes maus-tratos.

Segundo Cotto (2002), a abordagem da análise da criminalidade com enfoque no género é um pressuposto básico para o desenvolvimento das políticas de gestão públicas modernas. Para haver êxito nas políticas de segurança pública actuais têm que se ter em conta dados desagregados por sexo e indicadores adequados para a sua interpretação, com recurso a análise estatística.

Muitas vezes afirma-se que a criminalidade é uma característica do género masculino, já que tem maior prevalência e visibilidade social, sem que haja um esforço para compreender o fenómeno da criminalidade feminina. A perspectiva do género permitiria comparar as atitudes de homens e mulheres, sendo o seu papel de perpetrador ou de vítima de um crime.

Loucks e Zamble (2000) realizaram um estudo com 100 mulheres em reclusão num estabelecimento prisional em Ontário, Canadá. Utilizaram entrevistas estruturadas, revisão de processos e testes de auto-preenchimento. Os instrumentos utilizados visavam quatro áreas: historial criminal (pessoal e social); historial de comportamentos desviantes (incluindo uso de

drogas e álcool); historial de maus-tratos (físicos, sexuais e psicológicos); personalidade actual e funcionamento emocional.

As teorias iniciais da criminalidade feminina colocavam a ênfase em factores únicos, como o funcionamento biológico feminino e sexualidade ou, muitas vezes, a relação presumida entre o funcionamento psicológico feminino e a sua sexualidade e biologia (Lombroso & Ferraro, 1900).

Estas teorias baseadas na singularidade da mulher não corresponderam na totalidade às exigências de explicação do comportamento criminal. Apesar disto, os autores que estudam o fenómeno continuam a assumir diferenças estruturais ou sociais para explicar a diferença de géneros na criminalidade.

O estudo mencionado diz-nos que 54% das mulheres inquiridas foram vítimas de maus-tratos físicos e 80% afirma ter sido vítima de maus-tratos sexuais. No que se refere ao abuso de substâncias, 54% referem ter pelo menos um abuso moderado, com 26% a referirem abusos de álcool.

Não foram encontradas diferenças significativas de género em relação a estudos feitos com homens em reclusão. Os factores relativos à psicopatologia têm, de acordo com os autores, o mesmo valor como factor de risco para o comportamento violento quer em mulheres, quer em homens. Apesar de terem sido encontrados valores elevados de maus-tratos físicos e sexuais, estes factores não estariam directamente relacionados com o comportamento violento, podendo ser factores secundários de personalidade e comportamento.

O nosso conhecimento e compreensão da vida das mulheres aumentou de forma assaz considerável nos últimos 25 anos, em parte devido à influência do movimento das mulheres (Covington, 2002). As novas informações de que dispomos têm impacto na melhoria dos

serviços prestados a mulheres, nas áreas da saúde, educação, emprego, saúde mental, abuso de substâncias e tratamento do trauma. No entanto, é necessário transpor o conhecimento obtido nestas áreas para o campo da justiça criminal, de modo a desenvolver programas específicos para mulheres.

Nas últimas décadas o número de mulheres com comportamentos criminais aumentou bastante, embora as taxas de reclusão sejam bastantes superiores para os homens. As mulheres, nos EUA, são presas maioritariamente por crimes contra o património e crimes relacionados com drogas.

Embora as taxas de reclusão das mulheres tenham aumentado bastante, não tem havido um aumento correspondente no que se refere a crimes violentos no feminino, fenómeno que, ao invés, tem vindo a conhecer uma tendência decrescente. Grande parte dos crimes violentos, cometidos por mulheres, são contra os maridos ou companheiros, que estas mulheres acusam de maus-tratos físicos e/ou sexuais.

Para criar serviços apropriados de tratamento para as mulheres no sistema de justiça criminal é necessário que, primeiro, exista conhecimento e compreensão da importância das diferenças de género, bem como das dinâmicas de género inerentes a qualquer sociedade.

É fundamental entender a distinção entre diferenças de sexo e diferenças de género. Enquanto as diferenças de sexo são determinadas por factores biológicos, as diferenças de género são construções sociais baseadas em papéis sociais. As diferenças de género não são inatas nem imutáveis. O género refere-se à realidade da vida das mulheres e os contextos em que vivem.

Os estereótipos que se desenvolvem em torno do género influenciam as nossas crenças sobre os papéis apropriados que as mulheres e os homens devem ter. Estes estereótipos influenciam a forma como vemos as pessoas que violam a lei e, muitas vezes, têm um impacto diferencial nas mulheres. Uma mulher condenada, por exemplo, pode ser automaticamente rotulada como

má mãe, enquanto um homem condenado pode não ser necessariamente rotulado como um mau pai.

Steffenmeister & Allen (1998) chamam a atenção para o facto de que as grandes diferenças na vida dos homens e das mulheres influenciam os seus padrões de comportamento criminal.

Pollock (1998) refere que as mulheres com condutas criminais apresentam histórias de maus-tratos físicos e/ou sexuais, que parecem ser precursores da delinquência, abuso de substâncias e criminalidade. A ligação entre a criminalidade feminina e o uso de substâncias é muito forte, sendo as mulheres que abusam de substâncias psicoactivas mais propensas ao envolvimento em crimes.

As diferenças de género, no que concerne aos estereótipos, criminalidade, abuso de substâncias, maus-tratos e relações interpessoais, entre outros factores, necessitam de ser contempladas na justiça criminal. Normalmente estes factores são estudados separadamente, embora sejam cruciais para as mulheres envolvidas no sistema prisional. É necessária uma visão global da vida das mulheres para uma correcta discussão da criminalidade, políticas apropriadas, planeamento e desenvolvimento de programas.

1.2. Abuso de Substâncias Psicoativas

O consumo de substâncias psicoativas remonta a alguns séculos antes de Cristo. É a forma como são usadas as substâncias, quer sejam lícitas ou ilícitas, que determina como se manifestam os seus efeitos.

Muitos autores utilizam a palavra “droga” referindo-se a substâncias psicoativas, isto é, substâncias que podem alterar as funções do Sistema Nervoso Central do Homem.

Estas substâncias, que têm efeitos psicotrópicos, são mais de uma centena. Algumas existem desde sempre, como o ópio, a folha de coca e a erva, enquanto outras têm sido criadas pelo Homem, como a morfina, a cocaína, a heroína, o ecstasy ou o LSD (Patrício, 2002).

A Toxicodependência é um fenómeno que resulta da dependência psicológica de substâncias psicoativas e, no caso de algumas substâncias, dependência física. Esta dependência, e o uso continuado de substâncias, provocam diversos efeitos na esfera física, psíquica e social de funcionamento do sujeito.

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-IV-TR), o Abuso de Substâncias psicoativas caracteriza-se essencialmente por um padrão desadaptativo de utilização da substância manifestado por consequências adversas, recorrentes e significativas, relacionadas com a utilização repetida das substâncias.

No caso de não serem preenchidos os critérios de Abuso de Substâncias são consideradas outras perturbações induzidas por substâncias, como a Intoxicação, onde poderemos enquadrar o uso de substâncias psicoativas sem haver necessariamente abuso das mesmas.

Encontramos no estudo de Cardoso (2004) uma apresentação da evolução do uso de drogas por mulheres, numa perspectiva histórica.

No século XIX havia uma predominância de mulheres dependentes de opiáceos em relação ao número de homens, contrariamente ao que acontece actualmente. Em algumas zonas da América este facto ter-se-á mantido até ao século XX, sendo que até aos anos 30 havia ainda uma conotação feminina do uso de drogas. A tendência inverteu-se com o reforço das leis anti-drogas, passando a prevalecer o consumo em homens (Keire, 1998; Aldrich, 1994).

Enquanto que nos homens o uso e abuso de substâncias está associado à marginalidade e criminalidade, em relação às mulheres acrescenta-se o estigma da não conformidade à imagem de mulher socialmente prescrita (Pollock, 1998, Friedman e Alicea, 1995; Rosenbaum, 1981).

Este estigma justificaria, em parte, a menor prevalência das condutas desviantes em mulheres, dado que o estilo de vida nas drogas não corresponde às expectativas de conformidade de género na mulher (Esteves, 1997).

Até aos anos 80 foi manifesta a ausência de investigação com mulheres toxicodependentes. Mesmo nos dias de hoje os estudos sobre estas mulheres tendem a incidir na gravidez da mulher e especificidades do tratamento.

A importância de conhecer as necessidades das mulheres de modo a elaborar modelos de tratamento que, efectivamente, se lhes adequem é ressaltada no relatório do Grupo Pompidou (Hedrick, 2000).

Há autores que chamam a atenção para aspectos específicos das trajectórias das mulheres toxicodependentes, como sejam o abuso sexual, a violência doméstica, a perda de filhos e o desenvolvimento de sentimentos de vergonha a culpa associados a essas vivências.

As substâncias psicoactivas estão relacionadas com o crime de diversas formas. A venda e produção de drogas ilegais em si própria é um crime. Muitos consumidores de substâncias necessitam de cometer crimes contra o património para sustentar a sua dependência. Alguns crimes são cometidos sob a influência de substâncias e, de acordo com White & Gorman (2000), existem três modelos explicativos principais para esta relação:

- o uso de substâncias psicoactivas leva ao crime, o que acontece devido às propriedades farmacológicas das substâncias, a necessidade de obter dinheiro para os consumos ou a violência associada ao tráfico;
- o crime leva ao uso de substâncias psicoactivas, uma vez que aqueles que se envolvem em crimes são expostos a situações em que as substâncias estão disponíveis e o seu uso é encorajado;
- o uso de substâncias psicoactivas e o crime não estão correlacionados, mas são resultado de um terceiro factor, como os maus-tratos na infância, problemas escolares, problemas familiares ou desorganização na vizinhança.

As relações droga-crime têm sido estudadas utilizando uma variedade de pressupostos de partida, seguindo três eixos orientadores (Manita, 1998).

Nos anos 50 verificava-se que um grande número das investigações partia do pressuposto de que o consumo de drogas estaria na base do desenvolvimento, ou seria mesmo causa do comportamento criminal posterior. Um segundo núcleo de estudos, que se acentuou nos anos 60/70, parte do pressuposto que o envolvimento no comportamento delinvente é base para o desenvolvimento ou mesmo causa de consumo posterior de drogas. Em terceiro lugar, estudos mais recentes defendem que os pressupostos assentes na determinação de relações causais,

lineares e directas, são falaciosas, e que se deve estudar a associação entre os dois comportamentos nas suas múltiplas interrelações e nas relações que estabelecem com outros fenómenos, circunstâncias, contextos, factores e processos diversos.

A presença de mulheres nas prisões portuguesas assume características específicas que as distinguem dos reclusos do sexo masculino. Enquanto estes são maioritariamente consumidores de drogas e estão presos por crimes relacionados com elas, as mulheres em reclusão não dependem, na sua larga maioria, do consumo de substâncias, embora estejam maioritariamente presas por crimes relacionados com drogas. No caso feminino, trata-se fundamentalmente de crimes de tráfico e não de tráfico e consumo (Torres, 2002).

Cândido da Agra (1998) diz-nos que é evidente a associação entre droga e crime, e que os dois fenómenos estão intimamente ligados. O inquérito feito por este autor, em meio prisional revela, entre outros aspectos, que:

- os crimes contra o património e relacionados com a droga (tráfico) são muito mais frequentes que os restantes tipos de delito;
- a prática de crimes violentos é expressivamente superior nos sujeitos que não consomem drogas. Os não consumidores cometem cerca de quatro vezes mais crimes violentos que os consumidores;
- as mulheres envolvem-se mais nos crimes de tráfico do que nos crimes contra o património, contrariamente ao que sucede com os homens;
- o negativismo emocional é especialmente vivido quando a droga e o crime estão associados.

Estudos do OEDT (Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência) revelam que existem elevados consumos de substâncias psicoactivas nas prisões europeias.

Os estudos realizados nos estabelecimentos prisionais portugueses centram-se essencialmente na incidência e prevalência de consumos e relações crime-droga, como por exemplo os estudos de Cândido da Agra (1997) ou de Jorge Negreiros (1997). Encontram-se também estudos de personalidade e análise qualitativa, como os de Celina Manita (1997), ou de trajectórias de vida dos consumidores de droga, como o de José Machado Pais (1999).

1.3. Maus-Tratos em Mulheres

A origem da designação “vitimologia” reporta-se a Wertham, em 1949, embora, já em 1914, Garófalo dissesse que o ataque criminal podia ser desencadeado ou provocado pela vítima, noção de precipitação do crime pela vítima. Trata-se de uma noção de vitimologia etiológica, que procura a explicação das causas do comportamento criminal.

Mendelsohn, em 1947, no Congresso da Sociedade Romana de Psiquiatria, define o conceito de vítima como um conceito alargado, correspondendo a uma realidade psicológica, biológica e social, que não se encontra necessariamente ligada a uma infracção (Costa, 2005). Este autor apresenta uma categorização desde a “vítima completamente inocente” até à “vítima mais culpada que o agressor”.

Teorias mais recentes, como a de Cohen e Felson, de 1979, ou a de Cornish & Clarke, de 1986, tentam explicar o comportamento do ofensor em função das oportunidades criminais, e

não pelas suas disposições internas. Nestas teorias, a vítima torna-se “o *locus* através do qual o comportamento criminoso é, em si e por si mesmo, explicado” (Walklate, 1997).

Landau e Longo, em 1990, consideram que vítima é “qualquer indivíduo, grupo ou instituição prejudicada ou atingida por outros ou acontecimentos, os quais podem ou não perceberem-se a si próprios como tal, que são ou virão a ser reconhecidos pelos outros como vítimas”.

A abordagem feminista à criminologia, junto com os inquéritos de vitimação, têm contribuído para a construção e teorização de novas representações de vítima (Machado & Gonçalves, 2002). Deste modo, na década de 60, a criança torna-se objecto de problematização, seguindo-se a mulher vítima de violência conjugal na década de 70, a vítima de abuso sexual na década de 80 e o idoso maltratado ou negligenciado na década de 90.

Percebemos que há um considerável volume de violência privada, usualmente não denunciada e invisível nas estatísticas criminais (cifras negras).

Inicialmente, quando se considerava a violência sobre mulheres, esta reportava-se essencialmente à violência doméstica. Este tipo de violência é entendido por Antunes (2002), como qualquer acto, conduta ou omissão que reitere, com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de forma directa ou indirecta (ameaças, enganos, coacção, entre outros), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando no mesmo agregado, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital.

Não existe em Portugal nenhum inventário crítico sobre causas e prevenção da violência doméstica em geral nem contra as mulheres e as crianças em particular, que dê uma leitura mais eficaz do fenómeno.

Alguns estudos indicam que a violência resulta de uma ordem hierárquica, apresentando como factores predisponentes o isolamento, a fragmentação, o poder e o domínio ou influência moral.

As vítimas de violência doméstica são maioritariamente mulheres. As crianças são também vítimas, mesmo que não sejam objecto directo de agressões físicas. O agressor é geralmente um homem, com baixa auto-estima e, por vezes, sob influência de álcool ou drogas. Os estudos disponíveis apontam que, ao longo do tempo, a violência aumenta em frequência e gravidade (desenvolvimento em espiral).

A violência observa-se através de vários indicadores e sinais, expressando-se segundo as suas características mais marcantes: física, emocional ou psicológica, sexual, discriminação e constrangimento social, ou mesmo a combinação de algumas destas formas.

A declaração das Nações Unidas, de 1993, para a eliminação da violência contra as mulheres, e o relatório da UNICEF, *Domestic Violence Against Women and Girls* (2000), privilegiam as dimensões física, sexual e psicológica ou emocional, como aquelas a considerar em investigações sobre violência contra as mulheres.

Podemos então ter em consideração vários tipos de maus-tratos (Gonçalves, 2000; Magalhães, 2002):

- Maus-tratos físicos, em que são infligidos ferimentos não acidentais à vítima, como equimoses, hematomas, queimaduras, fracturas, traumatismos cranianos, sufocação, afogamento e intoxicações, entre outros;

- Maus-tratos sexuais, que implicam o envolvimento em actividades que visam a gratificação e satisfação sexual de outrem, geralmente sob coacção da força ou ameaça;
- Maus-tratos emocionais, que resultam da incapacidade de proporcionar ao indivíduo um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afectivo, como, por exemplo, ausência de afecto, ridicularização, desvalorização, hostilização, ameaças, discriminação, culpabilização, recriminações e humilhações verbais frequentes e situações de grande violência e conflito que originam um clima de terror e medo.

Dos poucos dados encontrados em estudos portugueses, um estudo sociológico de Lourenço, Lisboa e Pais (1997) indica que a violência psicológica atinge 50,7% das mulheres portuguesas, a violência sexual 28,1% e a violência física 6,7%.

Estudos internacionais apontam para que 20% das urgências hospitalares femininas sejam devidas a maus-tratos (Statman, 1995) e que mais de 1/3 destas sofrem maus-tratos repetidos. Gelles, em 1997, alerta para o facto de que, nos EUA, de 1990 a 1995, a violência familiar ter sido responsável por um número de mortes femininas equivalente ao número de americanos mortos na Guerra do Vietname.

A experiência de maus-tratos conjugais envolve dinâmicas traumáticas particulares, muitas vezes compatíveis com as características da Perturbação de Stress Pós-Traumático.

A ocorrência de maus-tratos na infância interfere na trajectória de desenvolvimento do indivíduo, sendo os efeitos visíveis ao longo de toda a sua vida.

Quando se trata particularmente de maus-tratos sexuais na infância, as consequências parecem ser mais graves quando existe contacto genital e ameaças, quando o abusador é o pai ou

padrasto, quando não há apoio familiar, ou quando obrigam ao abandono de casa paterna (Magalhães, 2002).

Estes maus-tratos têm consequências diversas a longo prazo, dos quais destacamos o baixo rendimento académico ou profissional, a baixa auto-estima, dificuldades de relacionamento interpessoal, agressividade, isolamento, dificuldades na percepção e aceitação de normas morais e sociais, violência conjugal, maus-tratos nos próprios filhos, toxicodependência, conduta anti-social e delinquente e transtornos psiquiátricos.

Um estudo de Loucks & Zamble (2000) refere que as mulheres que cometem crimes apresentam maior tendência para terem tido sofrido maus-tratos físicos ou sexuais (Long, 1984), e a entrada precoce na criminalidade é indicada como relacionada com os maus-tratos físicos na infância (Lake, 1993).

A prisão, em si própria, é potenciadora de violência, uma vez que ao privar as pessoas da sua liberdade e, ao controlar os seus movimentos, gera tensões que conduzem muitas vezes à agressividade (Gonçalves, 2000).

Os maus-tratos emocionais são os mais comuns nas prisões. Muitos deles decorrem da implementação do próprio regulamento do estabelecimento prisional. Estes maus-tratos parecem aumentar à medida que rareiam as visitas, correspondência e telefonemas de familiares, o que aumenta a vulnerabilidade dos reclusos, aniquilando-lhes ou perturbando as suas próprias identidades pessoal e social.

1.4. Abordagem Transversal

Encontramos na literatura referências diversas à correlação entre maus-tratos a mulheres e consequente prática criminal.

Os estudos realizados concernem essencialmente a maus-tratos físicos e sexuais, na infância, adolescência e idade adulta.

Um estudo prospectivo realizado na Universidade de New Hampshire (Siegel & Williams, 2003) com 206 mulheres conclui que o abuso sexual na infância é um factor predictivo, estatisticamente significativo, de determinados tipos de actos violentos. Neste estudo evidenciou-se que, na idade adulta, os indivíduos que em crianças haviam sido vítimas de maus-tratos sexuais tinham maior predisposição em ser incriminados por crimes relacionados com substâncias psicoactivas. Mas, considerando um espectro mais alargado da sua vida, na amostra considerada, as vítimas de maus-tratos sexuais na infância foram significativamente mais incriminadas por crimes violentos.

Alguns autores sugerem que a criminalidade feminina deve ter em conta a vitimização experienciada pelas mulheres, tanto na infância como na idade adulta, e a pesquisa sugere que o abuso sexual infantil pode mesmo ter um papel central no percurso delinvente das raparigas/mulheres e consequente crime.

Em 1999, Harlow afirma inclusivamente que a proporção de mulheres em reclusão com história de abuso sexual na infância será duas a três vezes maior do que na população geral.

Quando, na literatura, se procuram relações entre o abuso sexual e o crime cometido por mulheres, em conjunto com os efeitos do abuso sexual em crianças, encontram-se evidências

que ajudam a explicar porque é que a vitimização pode ser um factor etiológico importante para determinados comportamentos como, por exemplo, fugas de casa, abuso de substâncias psicoactivas, prostituição e violência, violência esta que pode levar a actos puníveis criminalmente. Há mesmo autores, como Faupel, que sugerem que o abuso sexual espoleta uma “carreira criminal feminina”.

É igualmente encontrada uma diferença entre mulheres vítimas de maus-tratos e mulheres que não são vítimas de maus-tratos também no que se refere a crimes relacionados com substâncias psicoactivas. Na generalidade a pesquisa mostra que adolescentes e adultos com problemas de abuso de substância psicoactivas relatam índices mais altos de abuso sexual infantil do que na população sem este tipo de consumos (Heffernan et al., 2000). Há mesmo autores que referem que as vítimas de abuso sexual serão, com maior probabilidade, consumidores de substâncias psicoactivas, devido a uma necessidade de se distanciarem emocionalmente das experiências dolorosas vividas. Estudos em amostras de comunidade mostram consistentemente uma associação entre abuso de substâncias psicoactivas e maus-tratos sexuais na infância (Polusny & Follette, 1995).

Num estudo com mulheres em reclusão (McClellan, Farabee & Crouch, 1997) concluiu-se que há uma relação entre os maus-tratos em geral e o abuso de substância psicoactivas ou detenções por crimes relacionados com este tipo de substâncias.

Apesar de a relação entre crimes violentos e o abuso sexual na infância habitualmente ser menos estudada do que outras formas de crime, a pesquisa relativa às consequências comportamentais do abuso sexual infantil e o estudo de histórias de vida de mulheres delinquentes sugere que existem motivos para investigar a relação entre crimes violentos e histórias de abuso sexual. Muitos estudos apontam no sentido de que crianças sexualmente

abusadas são significativamente mais agressivas do que as que não sofrem esse tipo de abuso (Consentino et al., 1993).

Encontram-se também estas evidências em estudos qualitativos, mulheres que cometem crimes violentos e que apresentam histórias de abuso sexual. Em entrevistas de histórias de vida a 170 mulheres (Baskin & Sommer, 1998) revelou-se que 36% das mulheres tinham sido sexualmente abusadas por um membro da família, enquanto 26% por um membro da família alargada. Este estudo é replicado por Artz (1999) no Canadá e por Siegel (2000).

Existem também estudos que mostram que o abuso sexual na infância tem uma correlação mais forte com crimes menos violentos ou mesmo com tipos de violência que não chegam a levar a detenção. McCord (1991) concluiu num estudo de comparação entre vítimas e não vítimas de maus-tratos, que a proporção de casos em que as vítimas de maus-tratos sexuais cometeram mais crimes violentos corresponde ao dobro dos casos das mulheres que não foram vítimas.

Existem alguns problemas de validade com estes estudos, já que, na maior parte deles, o abuso sexual infantil corresponde, com algumas exceções, a auto-descrições que podem levar a alguns enviesamentos.

Muitas histórias de vida revelam que o abuso sexual infantil é apenas uma das formas de maus-tratos de que as mulheres em causa foram vítimas. Muitas foram também abusadas fisicamente, negligenciadas e expostas a violência doméstica, experiências que de igual forma devem ser ligadas ao comportamento criminal e agressivo (Smith & Thornberry, 1995).

Um estudo de Marcus-Mendoza, Sargent & Chong Ho, da Universidade de Oklahoma, em que foi aplicado um inquérito a 557 mulheres detidas em centros correcionais de Oklahoma, pretendia estudar a relação entre a criminalidade feminina e a experiência de maus-tratos

físicos, sexuais e emocionais. Os resultados desse inquérito indicam que 80% das mulheres referem terem sido vítimas de maus-tratos, sendo que 72,3% afirmam ter sofrido mais do que um tipo de abuso, o que sugere que os diferentes tipos de maus-tratos muitas vezes coexistem, o que torna muito difícil distinguir os efeitos de cada tipo. Estas mulheres que referem ter sofrido maus-tratos reportam com maior frequência problemas de abuso de substâncias psicoactivas, problemas emocionais, problemas interpessoais com a família e amigos, e apresentam uma perspectiva pessimista relativa à sua vida após a saída da prisão. Além destes aspectos, as mulheres vítimas de maus-tratos apresentam, de acordo com este estudo, maior tendência a ser condenadas por mais do que um crime.

Há aspectos ambientais ainda não estudados que podem contribuir para o aumento dos crimes cometidos pelas mulheres. Um destes aspectos corresponde aos maus-tratos. O adulto que foi abusado enquanto criança vai ter dificuldade a negociar as exigências da vida adulta. A personalidade formada num ambiente de controlo coercivo não está bem adaptada à vida adulta. Vão-se revelar problemas fundamentais ao nível da confiança básica, autonomia e iniciativa (Herman, 1992).

De acordo com Pollack-Byrne (1990), a típica reclusa feminina abusa de si própria com drogas e álcool, está permanentemente envolvida em relações abusivas e enfrenta dificuldades económicas. Esta autora refere uma relação entre a criminalidade e os maus-tratos, encontrando no seu estudo 35 a 63% de maus-tratos sexuais e 35 a 53% de maus-tratos físicos.

McLellan, Farabee & Crouch realizaram um estudo (1997, Universidade do Texas), em que fizeram uma análise comparativa da vitimização relativa de 1030 homens reclusos e 500 mulheres reclusas, que revela diferenças de género significativas no que se refere aos maus-tratos na infância e na idade adulta e subsequente abuso de substâncias psicoactivas. As mulheres reclusas relatam bastante mais significativamente ter sofrido maus-tratos em criança do que os homens. Os maus-tratos em mulheres aumentam na idade adulta, ao contrário do que acontece com os homens. Este estudo revela que os maus-tratos na infância, no caso das mulheres, estão fortemente associados com a depressão na idade adulta e a dependência de substâncias psicoactivas. A severidade do abuso de substâncias e problemas associados são fortes indicadores das taxas femininas de actividade criminal.

Este estudo, referido anteriormente, reporta para estudos anteriores que mostram uma ligação entre a vitimização na infância e subsequente abuso de drogas e/ou álcool (Carson, Council & Volk, 1988; Ladwig & Andersen, 1989; Rohsenow, Corbett & Devine, 1988), uma ligação entre a vitimização na infância e subsequente delinquência ou criminalidade (Ireland & Widow, 1994; Smith & Thornberry, 1995; Widom, 1989, 1992, 1995). A associação entre maus-tratos e abuso de substâncias psicoactivas tem sido atribuída a variáveis como a necessidade de auto-medicação para aliviar a depressão (Yamaguchi & Kandel, 1984) ou aumentar a auto-estima (Cavaiola & Schiff, 1989).

No que se refere à vitimização encontramos diversas referências que relatam diferenças entre mulheres e homens: as mulheres experienciam a vitimização com maior frequência e de forma mais gravosa (Cutler & Nolen-Hoeksema, 1991; Finkelhor, 1986); as mulheres têm mais tendência a reagir à vitimização sexual com culpa e depressão (Bruckner & Johnson, 1987; Carmen, Rieker & Mills, 1984; Cutler & Nolen-Hoeksema, 1991; Nolen-Hoeksema, 1990);

Stein, Golding, Siegel, Burnam & Sorenson, 1988); a depressão é bastante mais comum nas mulheres (Cutler & Nolen-Hoeksema, 1991; Nolen-Hoeksema, 1987, 1990); as mulheres vítimas de maus-tratos têm mais tendência a responder a situações depressivas com pensamentos que contribuam para a perpetuação do humor depressivo (Cutler & Nolen-Hoeksema, 1991; Nolen-Hoeksema 1987, 1990); as mulheres vitimizadas recorrem mais ao álcool e a drogas enquanto que os homens vitimizados se envolvem mais em actividades agressivas ou violentas (Toray, Coughlin, Vuchinich & Patricelli, 1991; Widom, 1989, 1995).

Num estudo do Australian Institute of Criminology, realizado por Holly Johnson em 2004, foram inquiridas 470 mulheres em reclusão. Neste estudo, após análise dos resultados, são apontados diversos factores de risco para a criminalidade dos quais destacamos os seguintes:

- 87% das reclusas foram vítimas de maus-tratos (físicos, sexuais ou emocionais) e a maioria sofreu múltiplas formas;
- os maus-tratos na infância e na idade adulta estão correlacionados com dependência de droga e envolvimento no mercado de exploração sexual;
- os maus-tratos físicos na infância são predisponentes de crimes violentos.

No estudo referido são dadas várias referências a estudos australianos e canadianos que concluem que os maus-tratos físicos e sexuais têm um papel preponderante na vida das mulheres que cometem crimes. Estes maus-tratos apresentam consequências a curto e a longo prazo, havendo uma forte evidência de uma ligação entre o abuso de substâncias e os maus-tratos físicos e sexuais nas mulheres em reclusão.

A ligação evidenciada parece estar associada a experiências precoces de maus-tratos, sendo as substâncias psicoactivas utilizadas para lidar com as emoções negativas resultantes dos maus-tratos (desgosto, ansiedade, tristeza e raiva, entre outros) e para construir confiança social ou

adaptação aos maus-tratos continuados (Jarvis, Copeland & Walton, 1994). A crescente dependência de substâncias levaria a crimes contra o património, tráfico de droga ou prostituição, como forma de cobrir os custos da compra de drogas.

Este estudo encontra uma ligação entre os maus-tratos na infância e na idade adulta, abuso de substâncias e criminalidade persistente. As mulheres com abuso de substâncias apontam níveis mais altos de maus-tratos físicos, sexuais e emocionais do que as mulheres sem abuso de substâncias. As experiências de maus-tratos na idade adulta apresentam uma relação significativa com a dependência de substâncias psicoactivas, visto que 80% das mulheres com abuso de substâncias tinham sofrido um ou mais tipos de maus-tratos na idade adulta.

O auto-conceito pode ser definido, segundo Gecas (1982), como o conceito que o indivíduo constrói acerca de si próprio, enquanto ser físico, social, espiritual ou moral. Será este conceito o elemento integrador capaz de permitir ao indivíduo reconhecer a sua unidade e coerência próprias, dentro da diversidade de comportamentos, situações e emoções que realiza, enfrenta e vivencia ao longo da sua vida.

A necessidade deste constructo, ou de outro que o substituísse, é imprescindível para reconhecer as noções de continuidade e identidade pessoal, na sua consistência e coerência necessárias (Vaz Serra, 1986).

A estrutura complexa do auto-conceito engloba aspectos cognitivos, afectivos e comportamentais, construindo uma variável significativa em toda a acção humana, influenciando a forma como o indivíduo se percebe e se avalia, e a forma como percebe e interage com o mundo que o rodeia, interferindo portanto nas suas relações interpessoais, nas suas atitudes e motivações, e na construção que faz do real. Constitui-se, dessa forma, o ponto

de referência central através do qual o indivíduo interaccua com o mundo envolvente (Fitts, 1972, citado in Serra, 1986).

Segundo Gecas (1982), este conceito comporta duas dimensões fundamentais:

- os seus conteúdos, nos quais se inscrevem as identidades do indivíduo, que dão um significado ao Eu e permitem a sua interacção com o sistema social geral;
- as dimensões avaliativas e emocionais, destacando-se a auto-estima, com nítido impacto ao nível da auto-avaliação que o sujeito faz de si e do mundo que o rodeia e, logo, ao nível também do seu comportamento.

O impacto da auto-estima está ainda na base da estruturação, pelo indivíduo, de um sentimento de competência ou eficácia pessoal, essencial para as acções que este pode implementar.

Segundo Shavelson e Bolus (1982), uma vez que o auto-conceito é construído a partir das percepções que o indivíduo tem de si próprio, resulta de três aspectos fundamentais: a experiência e as interpretações do ambiente em que o sujeito se insere; reforços e avaliações de outros significativos; e as próprias atribuições que o indivíduo faz do comportamento.

Existe uma nítida relação entre o auto-conceito do indivíduo e a forma como este se situa no meio e interage com o mesmo, assim como com as atitudes (mais ou menos funcionais) que este tem perante as situações com que se confronta. Encontram-se, portanto, relações mútuas existentes entre o auto-conceito e as estratégias de *coping* do indivíduo.

Parte II: Estudo Empírico/Exploratório

Capítulo 2. Metodologia

2.1. Descrição e Caracterização da Amostra

Neste trabalho, a população objecto de estudo é constituída por mulheres de nacionalidade portuguesa, a cumprir pena de prisão em estabelecimentos prisionais de Portugal Continental, sendo estes os critérios de inclusão.

A amostra utilizada refere-se a 176 reclusas, seleccionadas de forma aleatória, proporcionalmente repartidas pelo Estabelecimento Prisional de Odemira (regional), Estabelecimento Prisional de Tires (especial), Estabelecimento Prisional da Guarda (regional) e Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (especial). Estes estabelecimentos prisionais correspondem aos que, à data da autorização do pedido para investigação, tinham mulheres em reclusão, e foram autorizados a participar pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Esta amostra corresponde a cerca de 28% da população reclusa feminina de nacionalidade portuguesa, no momento da aplicação dos inquéritos (Junho e Julho de 2007).

Foram aplicados 181 inquéritos, dos quais 176 estavam válidos e apenas 5 inválidos. Houve 37 recusas em participar no estudo.

Constituímos quatro grupos de estudo cujos resultados, ao inquérito aplicado, foram posteriormente analisados:

- “G1 (Ab MT)”: grupo de mulheres com abuso de substâncias psicoactivas e com maus-tratos;
- “G2 (Ab sMT)”: grupo de mulheres com abuso de substâncias psicoactivas e sem maus-tratos;

- “G3 (sAb MT)”: grupo de mulheres sem abuso de substâncias psicoactivas e com maus-tratos;
- “G4 (sAb sMT)”: grupo de mulheres sem abuso de substâncias psicoactivas e sem maus-tratos.

2.2. Características Sócio-Demográficas da Amostra

De acordo com o inquérito utilizado podemos referir as características mais importantes da amostra estudada.

A idade média das participantes neste estudo é de 38 anos, apresentando um desvio padrão de 10 anos, mediana de 37,5 e moda de 37 e 40. A participante mais nova tinha, à data do inquérito, 18 anos e a mais velha 69 anos. Podemos verificar a distribuição das participantes por idades no Gráfico 1.

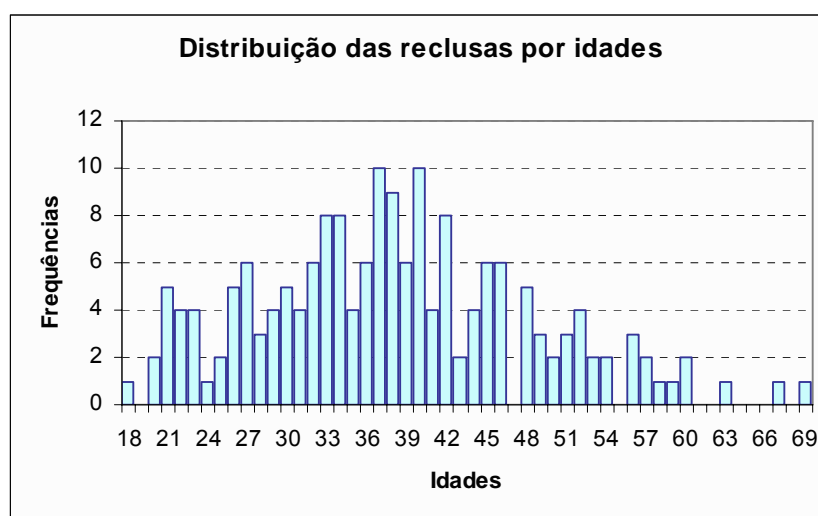


Gráfico 1. Distribuição das participantes no estudo por idades

É possível distribuir as participantes neste estudo pelas classes que se representam no Gráfico 2.

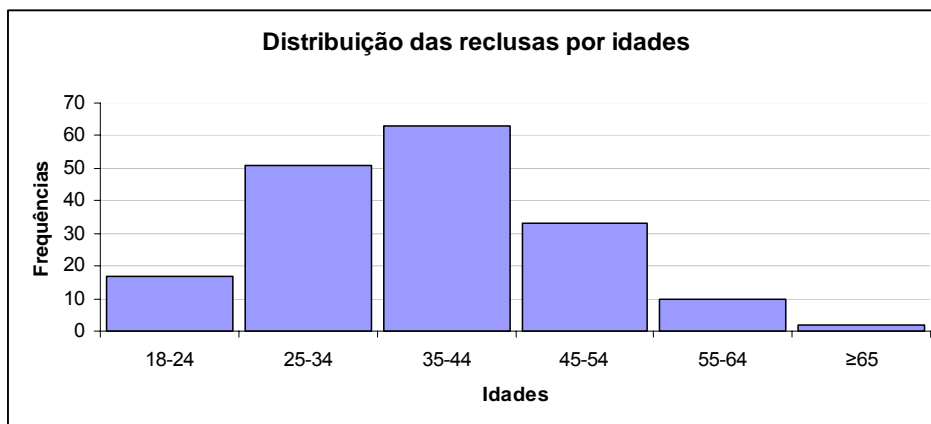


Gráfico 2. Distribuição das participantes no estudo por escalões etários

Relativamente à escolaridade (Gráfico 3), grande parte das inquiridas tem o 2º ou o 1º ciclo completos (26,7% e 25,6 % respectivamente). Seguem-se as mulheres com o 3º ciclo completo (20,5%), com o Ensino Secundário completo (11,4%), as que não sabem ler e escrever (9,1%), com o Ensino Superior completo (5,7%), e em último lugar 1,1% das mulheres refere que sabe ler e/ou escrever sem qualquer escolaridade.

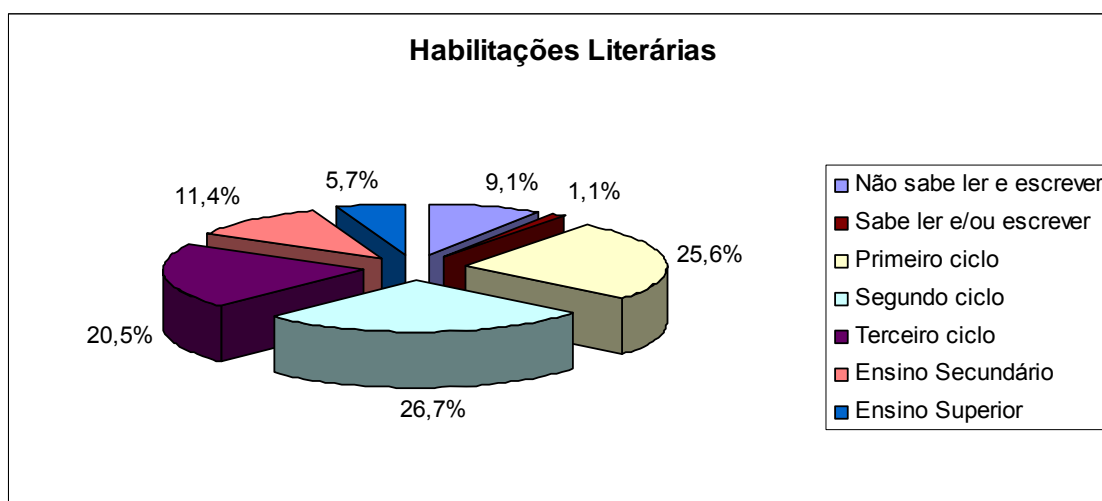


Gráfico 3. Habilitações Literárias das participantes no estudo

No que se refere ao estado civil das inquiridas, verificamos que a maior percentagem (31,3%) se refere a mulheres solteiras. No entanto, se considerarmos as mulheres casadas (30,7%) em conjunto com as mulheres que vivem em união de facto (15,9%) obtemos uma percentagem de 46,6%, a mais alta encontrada. Com uma percentagem mais baixa surgem-nos as mulheres divorciadas (14,8%) e as mulheres viúvas (6,8%). Apenas uma mulher não respondeu a esta questão (Gráfico 4).

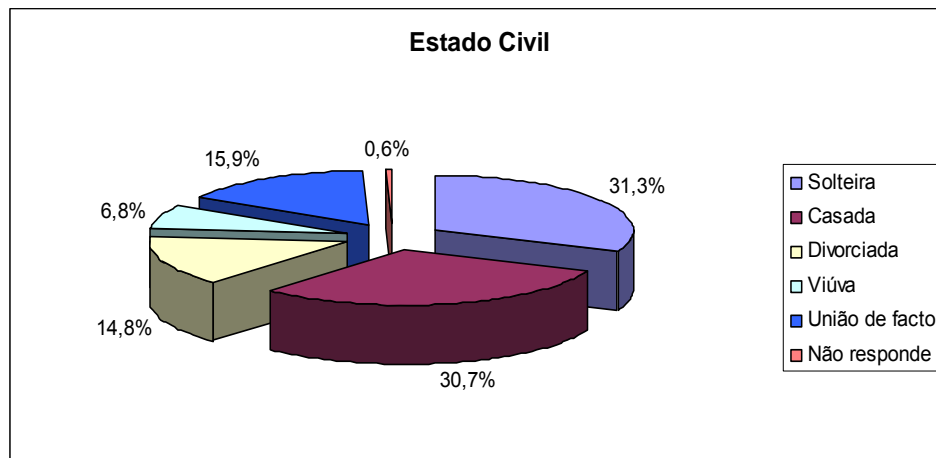


Gráfico 4. Estado Civil das participantes no estudo

2.3. Variáveis Medidas pelos Instrumentos de Avaliação

Neste estudo temos presentes duas variáveis dependentes e duas variáveis independentes.

No que se refere às variáveis dependentes, que se pretendem analisar, consideramos o tipo de crime praticado e o auto-conceito.

Quanto às variáveis independentes, que pensamos poderem produzir modificações nas variáveis dependentes, consideramos o abuso ou não de substâncias psicoactivas e a existência ou não de maus-tratos (físicos, sexuais e emocionais – na infância, adolescência e idade adulta).

2.4. Hipóteses

Com esta investigação pretende-se perceber se existe uma relação no tipo de crimes cometidos por mulheres consumidoras de substâncias psicoactivas, que foram vítimas de maus-tratos.

Adicionalmente procuraremos saber se existe um padrão consistente ao nível do auto-conceito das mulheres em causa.

Especificamente far-se-ão correlações entre os maus-tratos e o abuso de substâncias, por parte de mulheres com comportamentos criminais, de forma a podermos concluir por relações de causa e efeito válidas que corroborem a hipótese que pretendemos testar.

Podemos então colocar as seguintes hipóteses, considerando quatro grupos distintos (mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos, mulheres com abuso de substâncias e sem maus-tratos, mulheres sem abuso de substâncias e com maus-tratos, mulheres sem abuso de substâncias e sem maus-tratos):

- H1: As variáveis “abuso de substâncias psicoactivas” e “maus-tratos” estão correlacionadas;
- H2: O tipo de crimes praticado é diferente no grupo de mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos quando comparado com os outros três grupos (abuso de substâncias e sem maus-tratos, sem abuso de substâncias e com maus-tratos, sem abuso de substâncias e sem maus-tratos);

- H3: O auto-conceito é diferente no grupo de mulheres com maus-tratos e com abuso de substâncias quando comparado com os outros três grupos (abuso de substâncias e sem maus-tratos, sem abuso de substâncias e com maus-tratos, sem abuso de substâncias e sem maus-tratos).

2.5. Procedimento

Para pôr à prova as nossas hipóteses procedemos à aplicação de um inquérito (Anexo 2), com o objectivo de recolher, junto das mulheres reclusas, dos estabelecimentos anteriormente mencionados, informações sobre hábitos de consumo de substâncias, maus-tratos sofridos e dados sócio-demográficos. Além do inquérito foi também aplicado o ICAC - Inventário Clínico de Auto-Conceito de A. Vaz Serra (Anexo 3).

A aplicação dos inquéritos no EP de Odemira, no EP de Tires e no EP da Guarda decorreu de forma a perturbar minimamente as actividades diárias das reclusas e, com o acordo da direcção dos respectivos estabelecimentos prisionais, foram formados pequenos grupos, constituídos por mulheres que iam sendo chamadas aleatoriamente através do seu número interno em cada EP.

A cada grupo foi explicado sucintamente o objectivo do estudo e a confidencialidade dos dados recolhidos, bem como o carácter voluntário da sua participação. Para estes esclarecimentos concorreu também a distribuição de uma Informação – Participação em Inquérito (Anexo 1), na forma escrita, para todas as participantes. Durante o período de preenchimento, que durou 45 minutos, em média, para cada grupo, esteve sempre presente a

autora do estudo, esclarecendo qualquer dúvida que surgisse por parte das reclusas e, nalguns casos, esteve também presente uma Guarda Prisional e/ou uma técnica do EP, técnica que ajudou inclusivamente no preenchimento dos questionários das reclusas com dificuldades na leitura e compreensão das perguntas.

No EP de Santa Cruz do Bispo, devido a uma diferente organização interna e à percepção da direcção deste EP da forma ideal para a resposta ao questionário em causa, foi acordado que a aplicação do mesmo seria feita individualmente.

As participantes seriam chamadas aleatoriamente através do seu número interno e, após explicação sucinta do objectivo do estudo e da confidencialidade dos dados recolhidos, bem como o carácter voluntário da sua participação, decidiam se queriam ou não responder.

Os questionários neste EP foram preenchidos individualmente pelas reclusas numa sala à porta fechada com a autora do estudo. Nalguns casos, em que a escolaridade das inquiridas era menor, as perguntas foram lidas e explicadas pela autora e preenchidas na presença da inquirida. Neste caso, em que o preenchimento foi individual, o tempo de aplicação médio foi de uma hora, já que muitas reclusas teceram comentários adicionais às questões que lhes foram apresentadas.

Após o preenchimento, o questionário era dobrado e colocado pela reclusa numa urna de cartão selada, de forma a garantir a confidencialidade das respostas dadas.

As informações recolhidas nos inquéritos foram inseridas em base de dados no SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) – versão 15.0 para Windows.

Capítulo 3. Instrumentos de Avaliação

Para a realização do estudo foi utilizado um inquérito (Anexo 2) original e expressamente elaborado para este trabalho, baseado contudo em instrumentos preexistentes, abrangendo áreas de despiste do abuso de substâncias, maus-tratos sofridos e tipo de criminalidade praticada.

O inquérito tem a forma de um questionário com perguntas fechadas, quer de respostas sim/não, quer de respostas categoriais.

As perguntas colocadas às reclusas referem-se a dados sócio-demográficos, dados para despiste do consumo e abuso de substâncias psicoactivas, dados para despiste e caracterização dos maus-tratos sofridos e a indicação do crime pelo qual estão detidas, conceitos já referidos e criticamente enunciados (verificar Parte I, Capítulo 1, p. 14; p. 20; pp.26-27).

No que se refere ao despiste do consumo e abuso de substâncias, além de perguntas directas para avaliar se a inquirida tinha alguma vez consumido substâncias psicoactivas, ou se alguma vez tinha estado num programa de tratamento devido ao consumo de drogas, foram utilizados 5 itens adaptados da SDS (*Severity of Dependence Scale* - Gossop M., Darke S., Griffiths P., Hando J., Powis B., Hall W., Strang J., 1995) para este estudo, dado que não existe um instrumento traduzido e/ou adaptado para a população portuguesa.

Os itens utilizados destinam-se apenas a dar uma indicação da severidade da dependência de substâncias, sendo cotados numa escala de 4 pontos (0 a 3) cuja severidade aumentará com o valor total obtido.

A adaptação dos itens desta escala teve em consideração a população alvo do estudo, considerando como factor importante a necessidade das perguntas serem simples, claras e objectivas, não tendo portanto o objectivo de fazer uma adaptação da escala SDS, mas sim o de encontrar questões já validadas que pudessem esclarecer o abuso ou não de substâncias psicoactivas.

Para os 5 itens utilizados foi analisada a consistência interna dos resultados obtidos em todos os factores. A consistência é aceitável, sendo o Alpha de Cronbach de 0,599 para 5 itens.

Além do inquérito foi também utilizado o ICAC (Inventário Clínico de Auto-Conceito) de Adriano Vaz Serra, 1985 (Anexo 3).

Trata-se de uma escala de tipo Likert, composta por 20 questões, com a possibilidade de resposta distribuída por cinco categorias diferentes: “não concordo”; “concordo pouco”; “concordo moderadamente”; “concordo muito”; “concordo muitíssimo” (pontuadas de 1 a 5). A pontuação total varia num intervalo de 20 a 100 pontos e quanto mais alto o valor melhor é o auto-conceito da pessoa.

A escala compreende quatro factores definidos: factor de aceitação / rejeição social (F1); factor de auto-eficácia (F2); factor de maturidade psicológica (F3); factor de impulsividade / actividade (F4).

A escolha desta escala prendeu-se com a sua validação para a população portuguesa, apresentando normas específicas para a população feminina, com um bom poder discriminatório e que mostram uma boa consistência interna.

Capítulo 4. Resultados

4.1. Apresentação dos Resultados

Os resultados recolhidos, através dos instrumentos aplicados, foram tratados e analisados utilizando uma base de dados construída no SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). A partir dessa base de dados, o tratamento estatístico que de seguida se apresenta, teve por base os outputs obtidos no SPSS e o recurso ao Excel, consoante as aplicações necessárias.

Com as respostas obtidas, foi possível a constituição aleatória de quatro grupos de referência para este estudo, como se pode verificar na Tabela 1.

		Maus-Tratos	
		Sim	Não
Abuso de Substâncias Psicoactivas	Sim	G1 Ab MT n = 51	G2 Ab sMT n = 18
	Não	G3 sAB sMT n = 55	G4 sAB sMT n = 52

Tabela 1. Distribuição das mulheres pelos grupos de referência

Os grupos de referência que passarão a ser referenciados na apresentação e análise dos resultados são então os seguintes:

G1 (Ab MT) - grupo de mulheres com abuso de substâncias psicoactivas e com maus-tratos;

G2 (Ab sMT) - grupo de mulheres com abuso de substâncias psicoactivas e sem maus-tratos;

G3 (sAb MT) - grupo de mulheres sem abuso de substâncias psicoactivas e com maus-tratos;

G4 (sAb sMT) - grupo de mulheres sem abuso de substâncias psicoactivas e sem maus-tratos.

No Gráfico 5 podemos ver a percentagem de mulheres que já alguma vez foi vítima de maus-tratos, considerando o tipo de maus-tratos (físicos, sexuais e emocionais) e a fase da vida em que estes ocorreram (infância, adolescência e idade adulta).

São discriminados neste gráfico os casos em que existe abuso de substâncias psicoactivas e os casos em que tal não se acontece.

Constata-se que nos casos em que os maus-tratos ocorrem na adolescência, a percentagem de mulheres com abuso de substâncias psicoactivas é substancialmente superior.

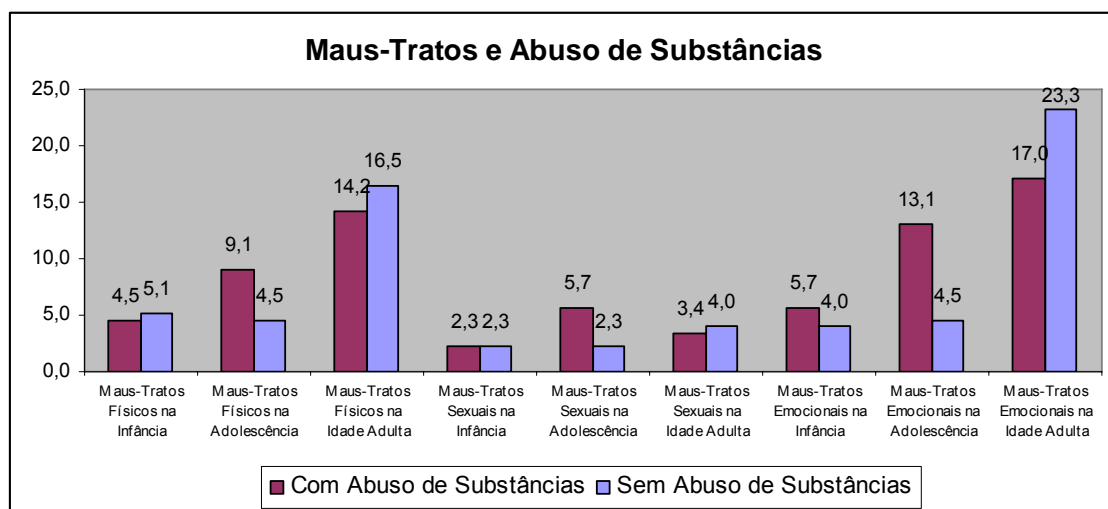


Gráfico 5. Maus-Tratos e Abuso de Substâncias Psicoactivas (%)

Relativamente aos crimes cometidos apresenta-se de seguida um gráfico que nos mostra a percentagem de reclusas condenadas por crime, de acordo com a lista de crimes apresentada no inquérito (Gráfico 6). A maior percentagem (38,6%) refere-se ao tráfico de drogas, seguindo-se a burla com 17,6% e o tráfico e consumo de droga com 13,1%. Com valores na ordem dos 11% situam-se os crimes de roubo, furto e falsificação. Com 6,8% temos o homicídio e com 5,7% outros crimes. As ofensas corporais representam 4%, o consumo de drogas 1,1% e o assalto à mão armada aparece em último lugar com 0,6%.

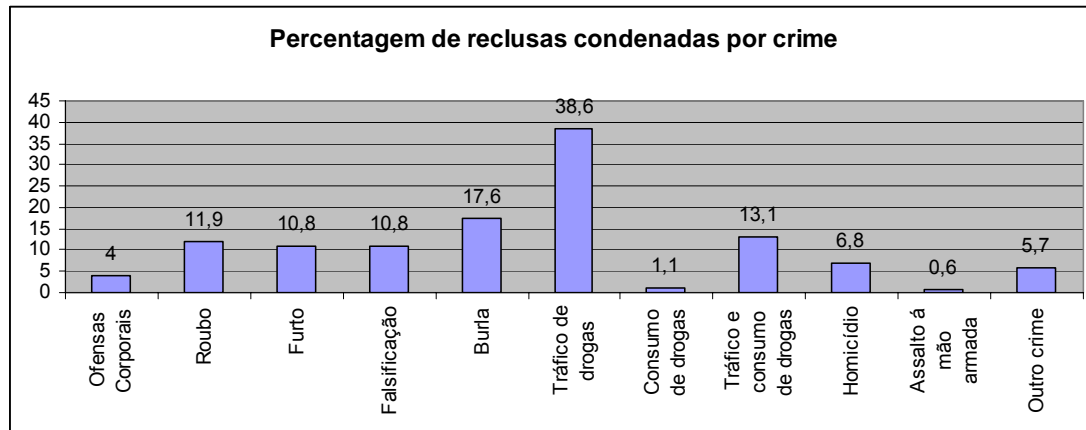


Gráfico 6. Reclusas condenadas por cada crime (%)

No Gráfico 7 apresenta-se a percentagem de crimes cometidos pelas reclusas que constituem a amostra, já que há reclusas que cometeram mais do que um crime.

Neste caso consideramos duas associações: os crimes contra o património (roubo, furto, burla e assalto à mão armada); os crimes de tráfico e consumo de drogas e apenas consumo de drogas (o consumo em Portugal está despenalizado desde Julho de 2001).

Os crimes mais frequentes são os crimes contra o património (33,8%), seguidos do tráfico de drogas (31,9%). Os crimes contra as pessoas, como o homicídio (5,6%) ou as ofensas corporais (3,3%), aparecem-nos com percentagens mais baixas, mas que temos que ter em consideração, visto tratarem-se de crimes bastante violentos.

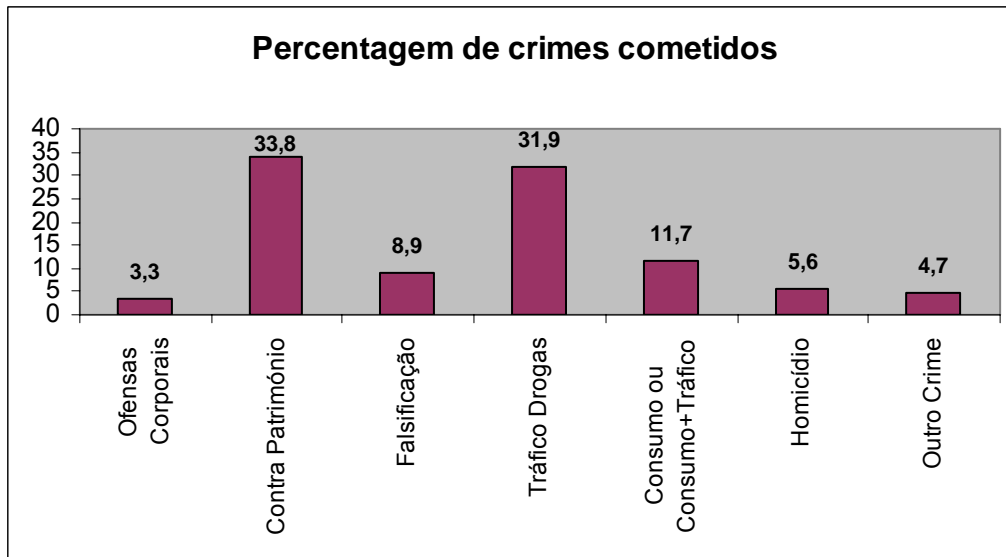


Gráfico 7. Crimes cometidos (%)

No Gráfico 8 percebemos então que 73,3% (129 mulheres) do total inquirido estão detidas por um único crime enquanto 26,7% (47 mulheres) estão detidas por dois ou mais crimes.

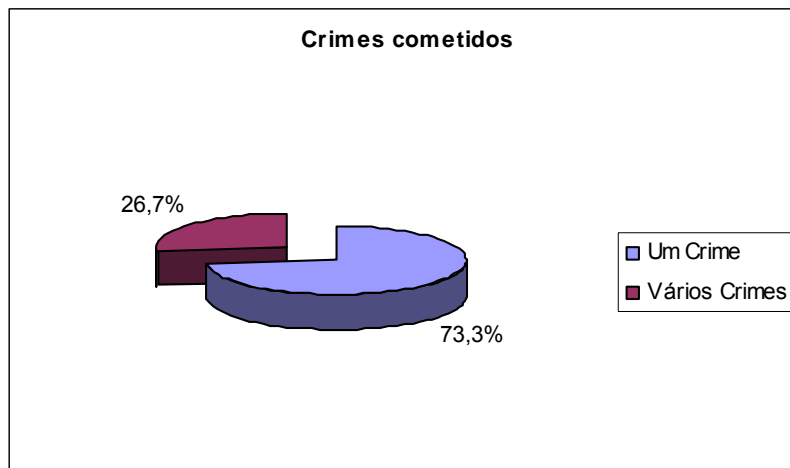


Gráfico 8. Número de crimes cometidos pelas reclusas (%)

O tipo de crime varia nas mulheres com e sem abuso de substâncias. No Gráfico 9 verificamos que no caso em que há abuso de substâncias pelas mulheres, os crimes mais cometidos são aqueles contra o património (47,4%), tráfico e consumo de drogas (23,7%), seguidos pelo tráfico de drogas (13,4%), falsificação (11,3%) e ofensas corporais e outros crimes (2,1% cada).

Nos casos em que não há abuso de substâncias o crime mais cometido é o de tráfico de droga (47,4%), seguido dos crimes contra o património (22,4%), homicídio (10,3%), falsificação e outros crimes (6,9% cada), ofensas corporais (4,3%) e tráfico e consumo por último com 1,7%. De notar que o crime de homicídio, na amostra em estudo, é apenas perpetrado por mulheres sem abuso de substâncias.

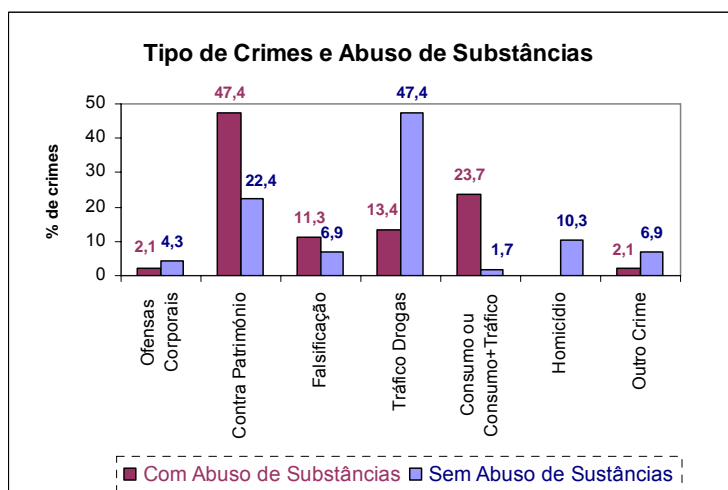


Gráfico 9. Tipo de Crimes e Abuso de Substâncias (%)

Os crimes praticados por mulheres que já sofreram maus-tratos ganham maior relevância quando se trata daqueles contra o património (35,8%), seguidos do tráfico de drogas (26,3%), tráfico e consumo de drogas (13,1%), falsificação (10,9%), outros crimes (5,1%), ofensas corporais (4,4%) e homicídio (4,4%). Quanto aos crimes cujas autoras não sofreram maus-tratos o mais significativo é o tráfico de drogas (42,1%), seguido de crimes contra o

património (30,3%), tráfico e consumo de drogas (9,2%), homicídio (7,9%), falsificação (5,3%), outros crimes (3,9%) e ofensas corporais com 1,3% (Gráfico 10).

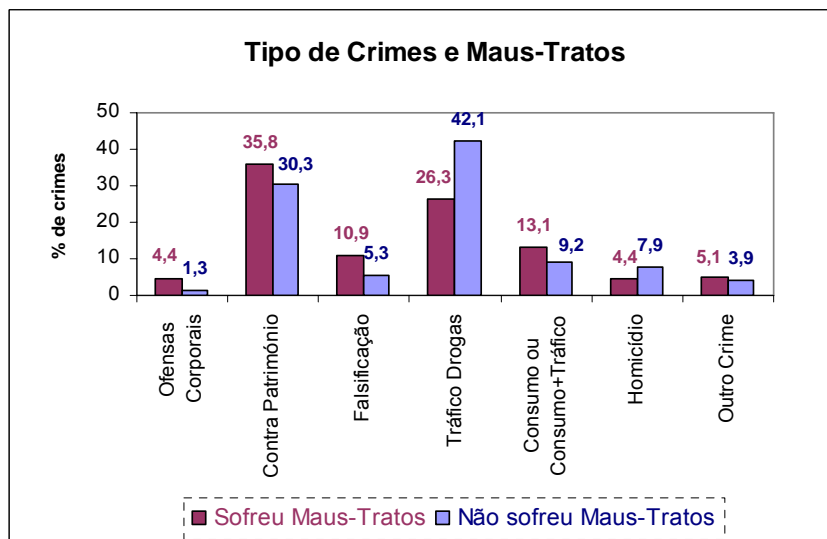


Gráfico 10. Tipo de Crimes e Maus-Tratos (%)

Das 176 mulheres inquiridas 73 (41,5%) já consumiram alguma vez na vida substâncias psicoactivas (Gráfico 11), mas apenas 69 (39,2%) têm historial de abuso de substâncias psicoactivas (Gráfico 12). Ou seja, das mulheres inquiridas, 4 já consumiram alguma substância psicoactivas mas sem historial de abuso da mesma.

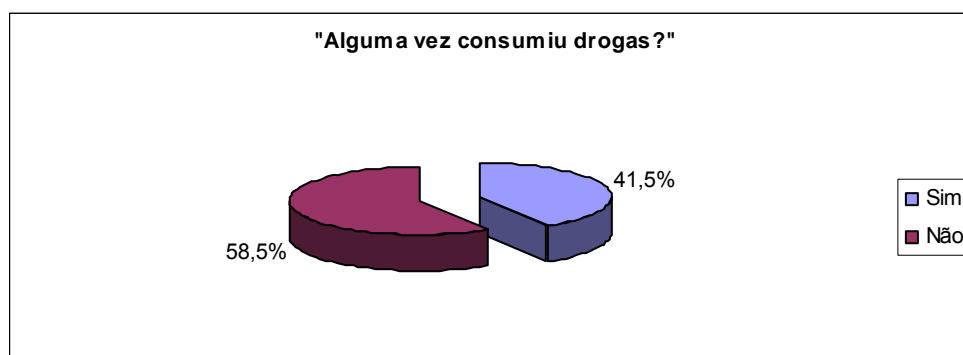


Gráfico 11. Consumo de substâncias psicoactivas

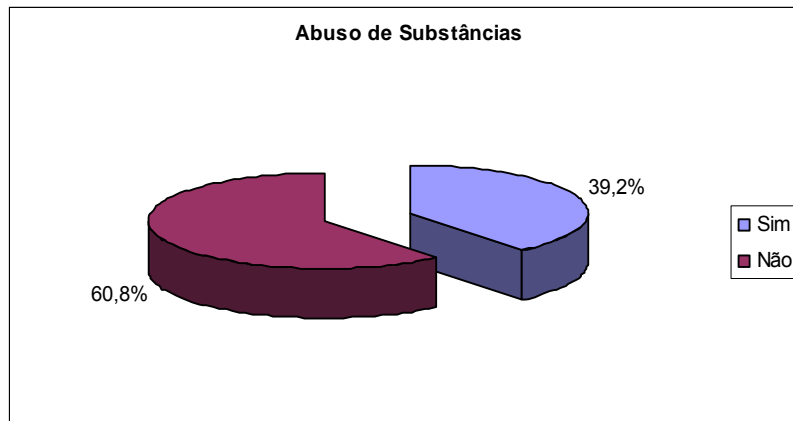


Gráfico 12. Abuso de substâncias psicoativas

As mulheres com historial de abuso de substâncias estão repartidas por dois grupos (Gráfico 13). Há 29% das mulheres que têm historial de abuso de substâncias e que já sofreram maus-tratos (G1 – Ab MT). As restantes 10,2% com abuso de substâncias afirmam nunca ter sido vítimas de maus-tratos (G2 – Ab sMT).

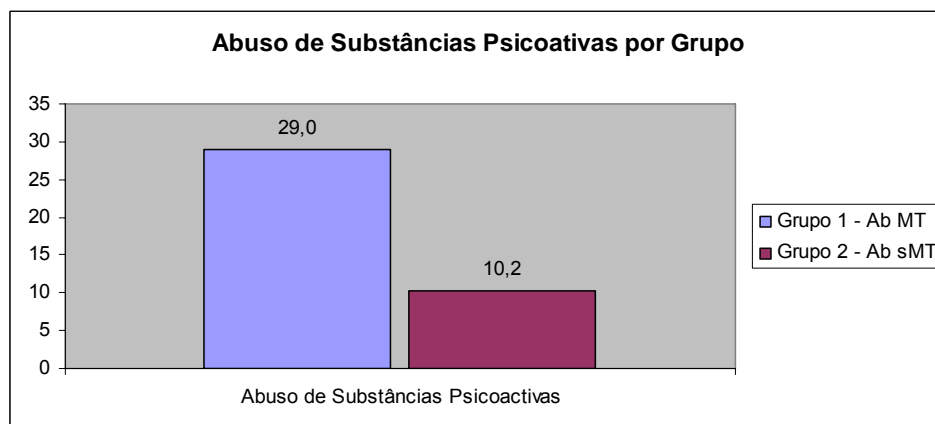


Gráfico 13. Abuso de Substâncias Psicoativas por Grupo (%)

No que se refere aos maus-tratos, 106 (60,2%) mulheres afirma já ter sido vítima de alguma forma de maus-tratos (Gráfico 14). Destas 106 mulheres, 51,7% foram vítimas de maus-tratos emocionais, 37,5% de maus-tratos físicos e 16,5% de maus-tratos sexuais (Gráfico 15).

Quanto à sua distribuição pelos grupos de referência e categorias de maus-tratos, e relativamente aos maus-tratos físicos (Gráfico 16), a distribuição é igual no G1 (Ab MT) e G3 (sAb MT), correspondendo a 18,8 % em cada grupo. Já na categoria dos maus-tratos sexuais há 9,1% no G1 (Ab MT) e 7,4% no G3 (sAb MT). As vítimas de maus-tratos emocionais distribuem-me em maior percentagem pelo G3 (sAb MT) com 27,3%, correspondendo 24,4% ao G1 (Ab MT).

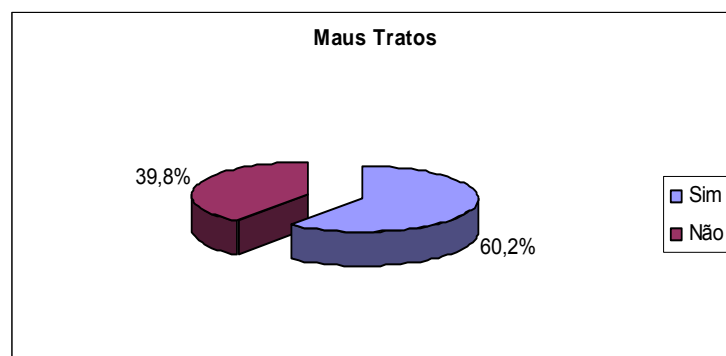


Gráfico 14. Mulheres vítimas de maus-tratos (%)

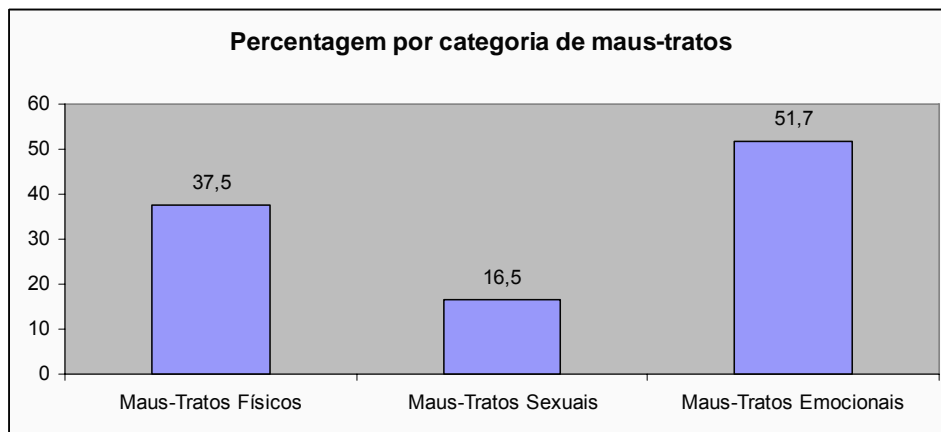


Gráfico 15. Mulheres vítimas de maus-tratos por categoria (%)

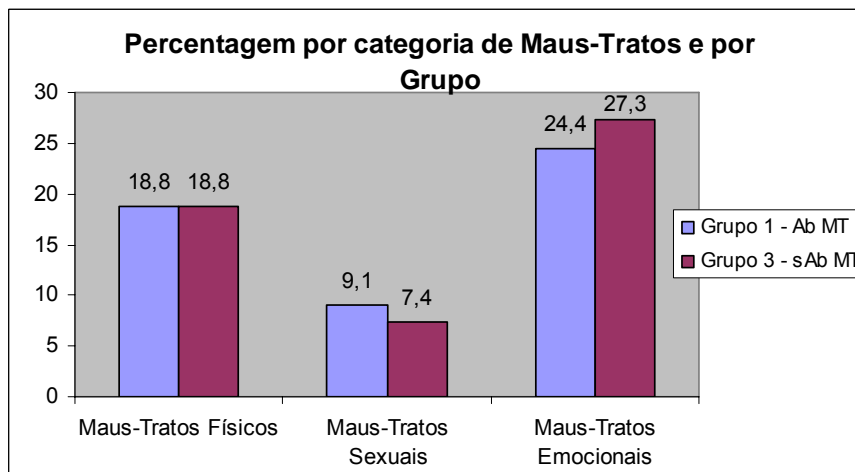


Gráfico 16. Mulheres vítimas de maus-tratos por categoria e grupo de referência (%)

Relativamente aos maus-tratos físicos (Gráfico 17), 66 (37,5%) mulheres dizem já ter sido vítimas destes, contra 110 (62,5%) que dizem nunca o ter sido.

Das 66 mulheres que afirmam ter sido vítimas de maus-tratos, a distribuição por idades faz-se de acordo com o representado no Gráfico 18. Há 54,5% de mulheres que foram vítimas destes maus-tratos apenas na idade adulta, 15,2% na infância, adolescência e idade adulta, 13,6% apenas na adolescência, 6,1% na adolescência e idade adulta e 6,1% na infância e idade adulta, 3,0% apenas na infância e 1,5% na infância e adolescência.

No que se refere aos grupos de referência, os maus-tratos físicos ocorrem no G1 (Ab MT) e G3 (sAb MT), encontrando-se as mulheres repartidas de igual forma pelos dois grupos (33 em cada grupo) com o mesmo valor de 50% (Gráfico 19).

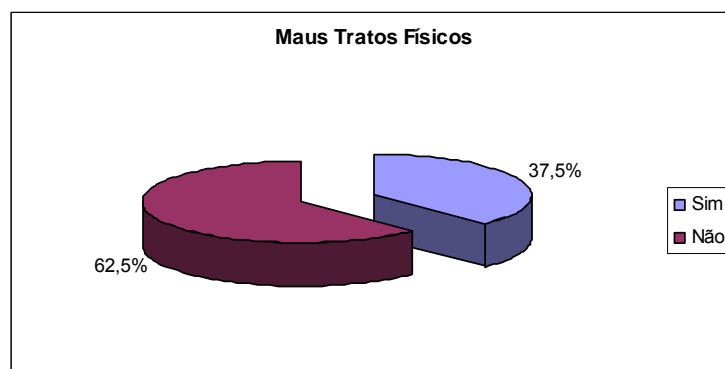


Gráfico 17. Maus-Tratos Físicos

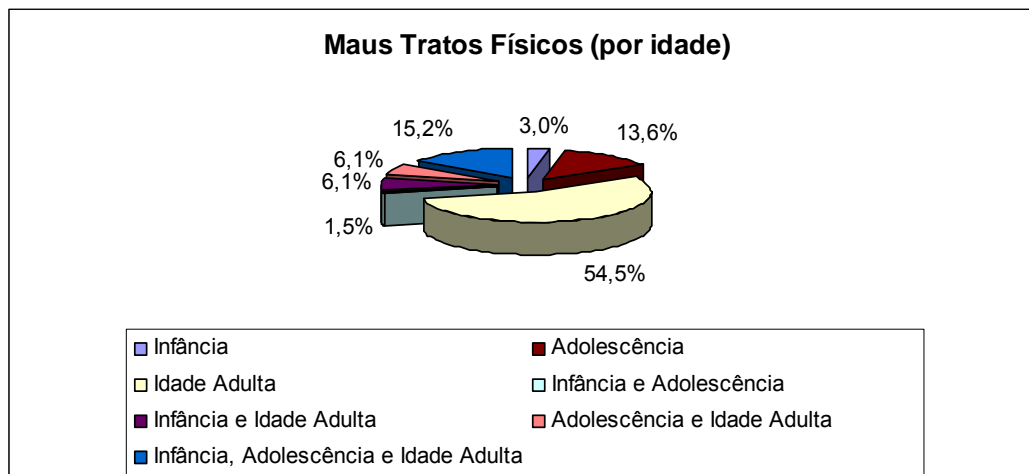


Gráfico 18. Maus-Tratos Físicos por Idade

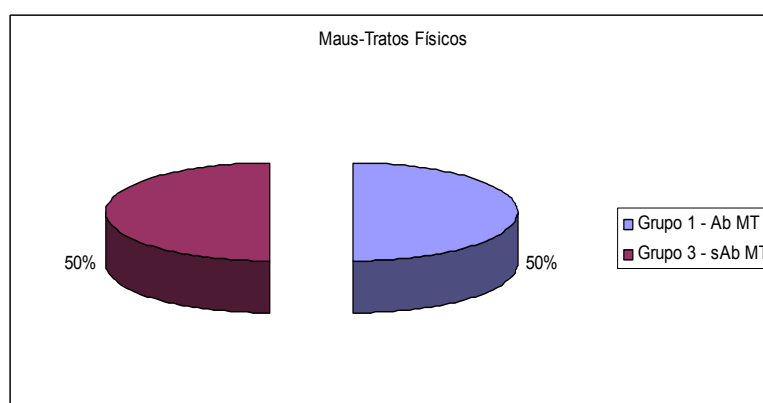


Gráfico 19. Maus-Tratos Físicos por Grupo de Referência

Relativamente aos maus-tratos sexuais (Gráfico 20), 29 (16,5 %) mulheres dizem já ter sido vítimas destes, contra 147 (83,5%) que dizem nunca o ter sido.

Das 29 mulheres que afirmam ter sido vítimas de maus-tratos, a distribuição por idades faz-se de acordo com o representado no Gráfico 21. Há 37,9% de mulheres que foi vítima destes maus-tratos apenas na adolescência, 27,6% apenas na idade adulta, 17,2% apenas na infância, 6,9% na infância e idade adulta e 6,9% na adolescência e idade adulta e ainda 3,4% na infância, adolescência e idade adulta.

No que se refere aos grupos de referência, os maus-tratos sexuais ocorrem no G1 (Ab MT) e G3 (sAb MT), encontrando-se 16 (55,2%) mulheres no G1 (Ab MT) e 13 (44,8%) no G3 (sAb MT) (Gráfico 22).

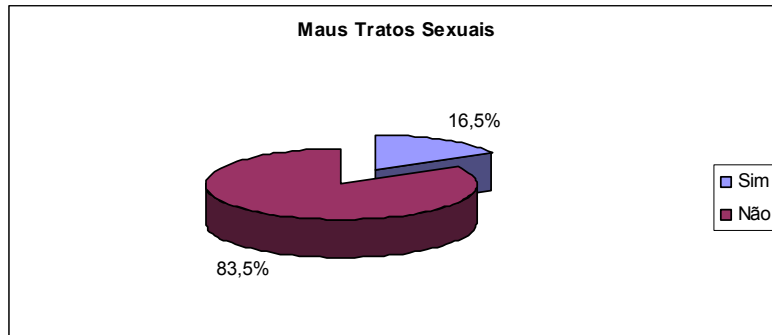


Gráfico 20. Maus-Tratos Sexuais

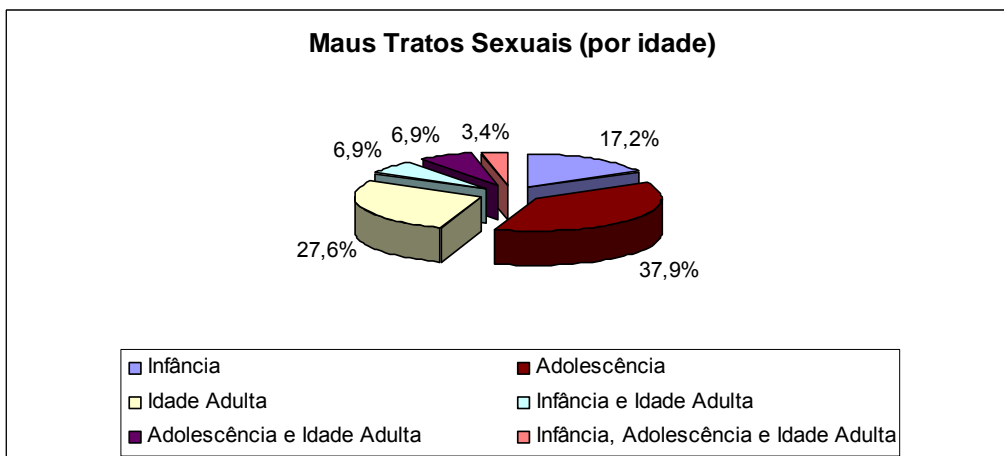


Gráfico 21. Maus-Tratos Sexuais por Idade

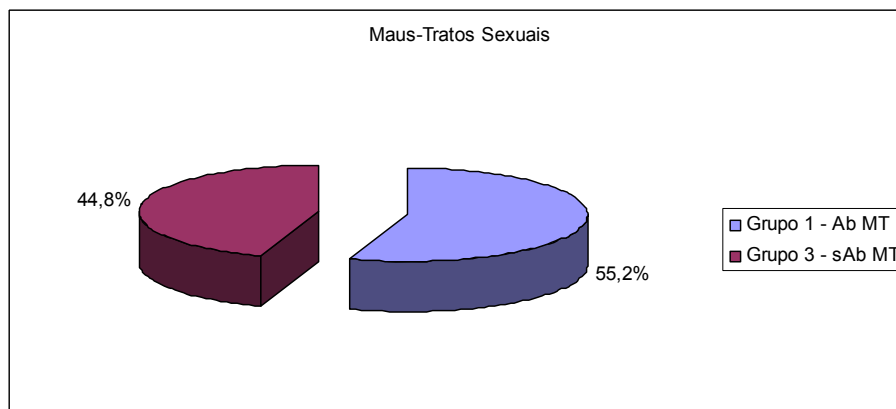


Gráfico 22. Maus-Tratos Sexuais por Grupo de Referência

Relativamente aos maus-tratos emocionais (Gráfico 23), 91 (51,7 %) mulheres dizem já ter sido vítimas destes contra 85 (48,3%) que dizem nunca o ter sido.

Das 91 mulheres que afirmam ter sido vítimas de maus-tratos, a distribuição por idades faz-se de acordo com o representado no Gráfico 24. Há 59,5% de mulheres que afirma ter sido vítima destes maus-tratos apenas na idade adulta, 14,3% apenas na adolescência, 7,7% na infância, adolescência e idade adulta, 7,7% na adolescência e idade adulta, 4,4% na infância e adolescência e ainda 3,3% apenas na infância e 3,3% na infância e idade adulta.

No que se refere aos grupos de referência, os maus-tratos sexuais ocorrem no G1 (Ab MT) e G3 (sAb MT), encontrando-se 43 (47,3%) mulheres no G1 (Ab MT) e 48 (52,8%) no G3 (sAb MT) (Gráfico 25).

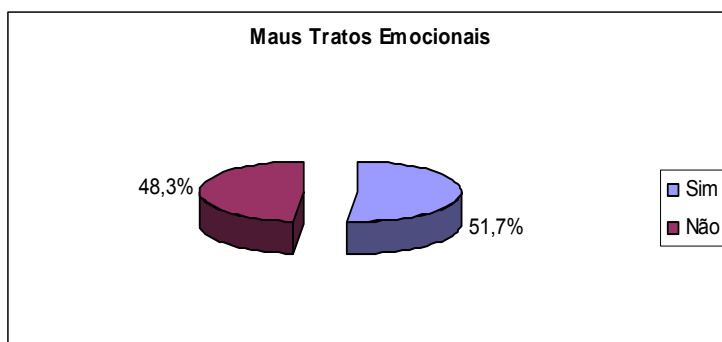


Gráfico 23. Maus-Tratos Emocionais

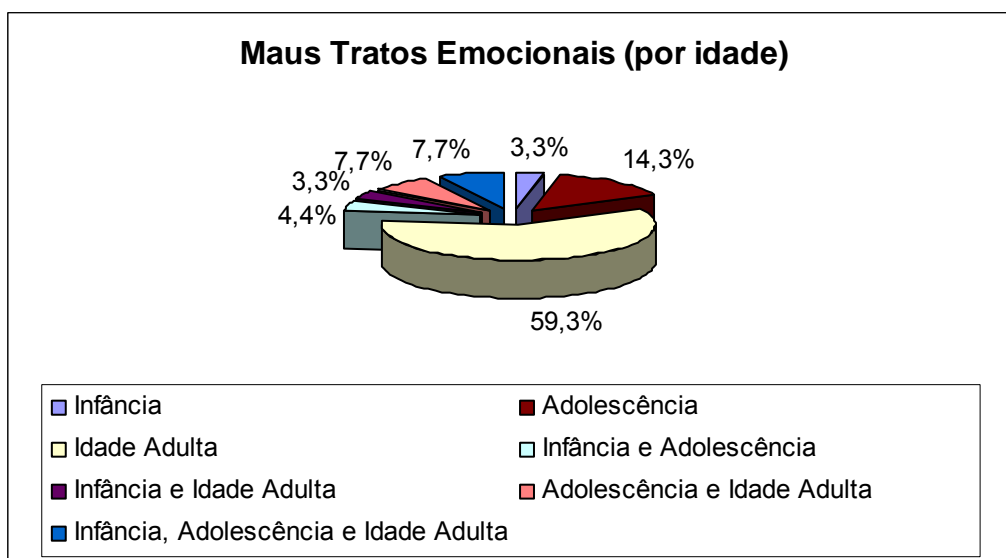


Gráfico 24. Maus-Tratos Emocionais por Idade

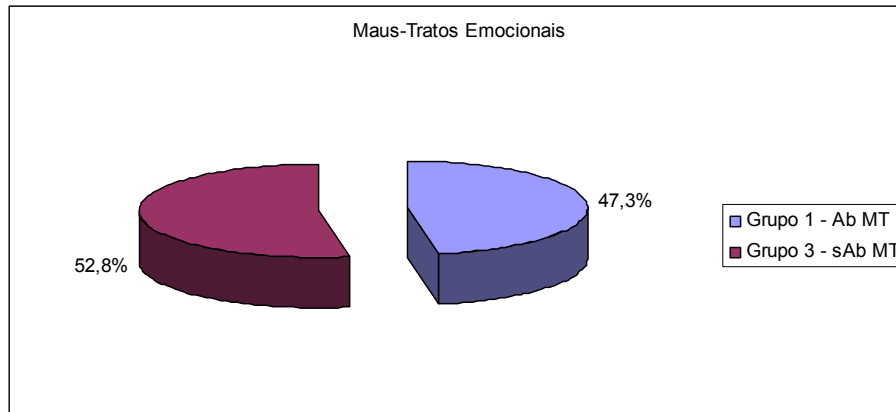


Gráfico 25. Maus-Tratos Emocionais por Grupo de Referência

O Gráfico 26 apresenta-nos uma perspectiva geral da percentagem de crimes cometidos nos quatro grupos de referência.

O G1 (Ab MT) destaca-se nos crimes de roubo, furto, falsificação, burla, tráfico de droga e tráfico e consumo de droga.

O G2 (Ab sMT) apresenta valores percentuais baixos e em crimes como roubo e tráfico e consumo de drogas.

O G3 (sAb MT) apresenta um valor mais destacado para o tráfico de droga e valores mais baixos para outros crimes como burla, homicídio, ofensas corporais, falsificação e outros crimes.

O G4 (sAb sMT) apresenta um valor que se destaca como o mais alto para o tráfico de droga, tendo valores mais baixos para a burla, homicídio, falsificação e outros crimes.

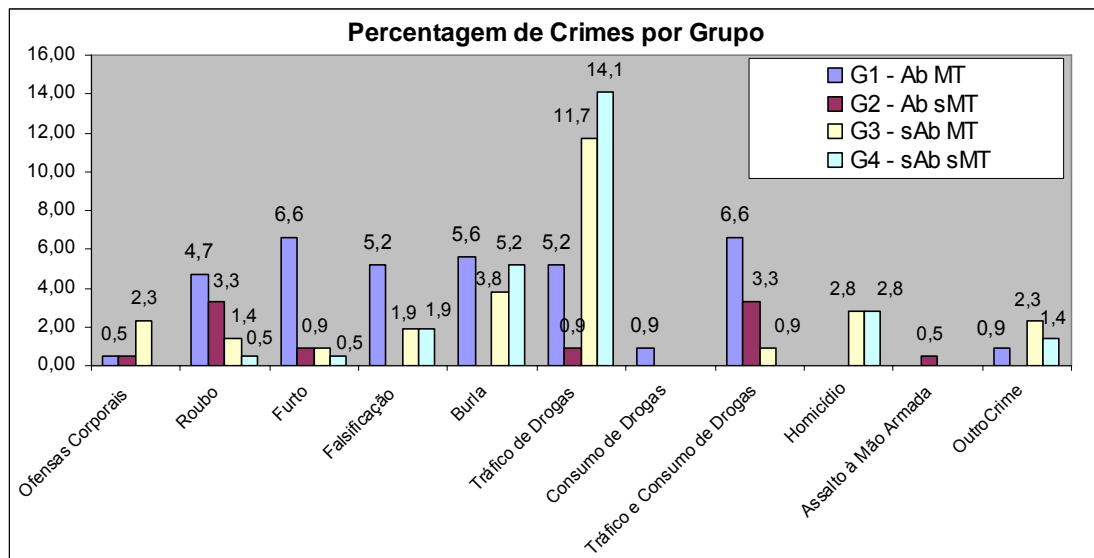


Gráfico 26. Percentagem de Crimes por Grupo de Referência

Utilizaram-se alguns testes estatísticos, nomeadamente o teste do qui-quadrado, para testar a hipótese de independência entre variáveis e para testar a homogeneidade entre grupos. Utilizou-se um nível de significância de $\alpha=0,05$.

Hipótese de independência entre variáveis

No primeiro caso testou-se a hipótese de independência entre abuso de substâncias psicoactivas e maus-tratos.

A estatística de teste neste caso é dada por
$$Q = \sum \sum \frac{(|o_{ij} - e_{ij}| - 0.5)^2}{e_{ij}}$$
.

		Teste χ^2 Abuso de Substâncias Psicoactivas		
		Sim	Não	Total
Maus-Tratos	Sim	1,9	1,2	3
	Não	2,9	1,9	5
			χ^2	7,9595
			p-value	0,00478

Fi2	0,045224386
C de Pearson	0,208008736
Odds ratio	2,678787879

Tabela 2. Teste Qui-Quadrado (χ^2) de independência entre abuso de substâncias psicoactivas e maus-tratos

χ^2	7,959492
p-value	0,00478

Como resultado do teste obteve-se $Q=7,96$; $p\text{-value}=0,0048$. A hipótese de independência é claramente rejeitada ($p\text{-value}<\alpha$).

Na amostra utilizada neste estudo o abuso de substâncias psicoactivas por parte das reclusas apresenta-se como dependente do facto de terem sofrido maus-tratos e/ou vice-versa, sendo este facto estatisticamente significativo.

KMO e Teste de Bartlett

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,500
Bartlett's Test of Sphericity	χ^2	8,977
	DP	1
	p-value	,003

Tabela 3. Análise Factorial para o abuso de substâncias psicoactivas e maus-tratos

Fazendo uma Análise Factorial, utilizada para identificar e analisar a estrutura de um conjunto de variáveis inter-relacionadas, para as variáveis “abuso de substâncias” e “maus-tratos”,

obtêm-se valores que permitem concluir que as variáveis estão significativamente correlacionadas ($KMO = 0,5$; $\chi^2 = 8,977$; $DP = 1$; $p\text{-value} = 0,003 < 0,005$).

Estatísticas ICAC (Amostra utilizada)

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	ICAC Total
N	176	176	176	176	176
Média	18,01	23,61	15,81	11,84	77,56
Desvio Padrão	3,058	3,661	2,488	1,814	8,218

Tabela 4. Estatísticas ICAC

Efectuou-se uma análise de variância com o objectivo de comparar os 4 grupos encontrados na amostra, em relação ao valor médio do total do ICAC.

		ICAC médio		
		Abuso de Substâncias Psicoactivas		
		Sim	Não	Médias
Maus-Tratos	Sim	76,4	77,5	77,0
	Não	77,9	78,6	78,4
	Médias	76,8	78,0	77,6

Tabela 5. Valores do ICAC para os Grupos de Referência

Concluiu-se que não existem diferenças significativas entre grupos ($F=0.513$; $p=0.674$; $\alpha < 0,05$), sendo o valor do auto-conceito encontrado similar em toda a amostra.

Além da análise da variância foi analisada a consistência interna dos resultados obtidos em todos os factores do ICAC.

A consistência é alta, sendo o Alpha de Cronbach de 0,766 para 5 itens.

z obs	7,572257	0,0000
z crítico	1,96	0,975002105

Tabela 6. Comparação entre amostra do estudo e grupo de controlo de validação do ICAC

Efectuou-se um teste z de comparação de médias entre dois grupos de mulheres, o grupo constituído pela amostra utilizada no presente estudo e o grupo de mulheres utilizado na construção do instrumento (ICAC).

A hipótese de igualdade de médias entre os grupos é rejeitada ($z_{obs} > z_{crítico}$), considerando um alfa de 0,05 ($z=7.57$; $p=0.000$).

O grupo de reclusas que constitui a amostra apresenta um valor de auto-conceito superior ao da média da população utilizada na validação do inventário, e que são considerados os valores normais para a população feminina portuguesa.

Hipótese de homogeneidade da distribuição do tipo de crimes entre grupos

A estatística de teste nestes casos é dada por $Q = \sum \sum \frac{(o_{ij} - e_{ij})^2}{e_{ij}}$.

	G1	G2	G3	G4	G1+G3	G2+G4	G1+G2	G3+G4	Nº crimes por tipologia
	Abuso de Substâncias		Sem Abuso de Substâncias		Maus-tratos		Abuso Substâncias		
	Sofreu maus-tratos	Não sofreu maus-tratos	Sofreu maus-tratos	Não sofreu maus-tratos	Sim	Não	Sim	Não	
Ofensas Corporais	1	1	5	0	6	1	2	5	7
Contra Património	36	10	13	13	49	23	46	26	72
Falsificação	11	0	4	4	15	4	11	8	19
Tráfico Drogas	11	2	25	30	36	32	13	55	68
Consumo ou Consumo+Tráfico	16	7	2	0	18	7	23	2	25
Homicídio	0	0	6	6	6	6	0	12	12
Outro Crime	2	0	5	3	7	3	2	8	10
Nº Reclusas	51	18	55	52	106	70	73	103	176
Nº crimes	77	20	60	56	137	76	101	112	213

Tabela 7. Crimes por Grupos de Referência

Efectuou-se um teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica nos dois grupos (as reclusas que sofreram e as que não sofreram maus-tratos).

Tipo de Crime	Maus-tratos		
	Sim	Não	
Ofensas Corporais	6	1	Qui2 = 9,3
Contra Património	49	23	
Falsificação	15	4	
Tráfico Drogas	36	32	p-value = 0,158
Consumo ou Consumo+Tráfico	18	7	
Homicídio	6	6	
Outro Crime	7	3	

Tabela 8. Crimes em função dos maus-tratos

Concluiu-se que não há evidência para afirmar (Qui-Quadrado=9.3; p=0.158) que a distribuição dos tipos de crime varie com a existência de maus-tratos.

Efectuou-se um teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica nos dois grupos (as reclusas que consomem drogas e as que não consomem).

Tipo de Crime	Abuso de Substâncias		
	Sim	Não	
Ofensas Corporais	2	5	Qui2 = 65,3
Contra Património	46	26	
Falsificação	11	8	
Tráfico Drogas	13	55	p-value = 3,71E-12
Consumo ou Consumo+Tráfico	23	2	
Homicídio	0	12	
Outro Crime	2	8	

Tabela 9. Crimes em função do abuso de substâncias

Concluiu-se que existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=65.3; p=0.000).

Efectuou-se um teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica nos dois grupos.

Tipo de Crime	Grupos com Abuso de Substâncias		
	G1 Ab MT	G2 Ab sMT	
Ofensas Corporais	1	1	Qui2 = 6,0
Contra Património	36	10	
Falsificação	11	0	
Tráfico Drogas	11	2	p-value = 0,302
Consumo ou Consumo+Tráfico	16	7	
Homicídio	0	0	
Outro Crime	2	0	

Tabela 10. Crimes nos Grupos 1 e 2

Concluiu-se que não há evidência para afirmar (Qui-Quadrado=6,0; p=0.302) que a distribuição dos tipos de crime varie com a existência de maus-tratos.

Efectuou-se um teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica nos dois grupos.

Tipo de Crime	Grupos com Maus-Tratos		
	G1 Ab MT	G3 sAb sMT	
Ofensas Corporais	1	5	Qui2 = 38,8
Contra Património	36	13	
Falsificação	11	4	
Tráfico Drogas	11	25	p-value = 7,7E-07
Consumo ou Consumo+Tráfico	16	2	
Homicídio	0	6	
Outro Crime	2	5	

Tabela 11. Crimes nos Grupos 1 e 3

Concluiu-se que existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=38,80; p=0.000).

Efectuou-se um teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica nos dois grupos.

Tipo de Crime	Grupos sem Maus-Tratos		
	G2 Ab sMT	G4 sAb sMT	
Ofensas Corporais	1	0	Qui2 = 37,2
Contra Património	10	13	
Falsificação	0	4	
Tráfico Drogas	2	30	p-value = 1,62E-06
Consumo ou Consumo+Tráfico	7	0	
Homicídio	0	6	
Outro Crime	0	3	

Tabela 12. Crimes nos Grupos 2 e 4

Concluiu-se que existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=37.2; p=0.000).

Efectuou-se um teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica nos 2 grupos.

Tipo de Crime	Grupos sem Abuso de Substâncias		
	G3 sAb MT	G4 sAb sMT	
Ofensas Corporais	5	0	Qui2 = 7,8
Contra Património	13	13	
Falsificação	4	4	
Tráfico Drogas	25	30	p-value = 0,251
Consumo ou Consumo+Tráfico	2	0	
Homicídio	6	6	
Outro Crime	5	3	

Tabela 13. Crimes nos Grupos 3 e 4

Concluiu-se que não existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=7,8; p=0.251).

Efectuou-se um teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica nos dois grupos.

Tipo de Crime	Grupos		
	G1 Ab MT	G4 sAb sMT	
Ofensas Corporais	1	0	Qui2 = 43,8
Contra Património	36	13	
Falsificação	11	4	
Tráfico Drogas	11	30	
Consumo ou Consumo+Tráfico	16	0	p-value = 7,94E-08
Homicídio	0	6	
Outro Crime	2	3	

Tabela 13. Crimes nos Grupos 1 e 4

Concluiu-se que existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=43.8; p=0.000).

4.2. Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos através da análise das respostas aos questionários aplicados, e referidos anteriormente neste capítulo, referem-se aos quatro grupos de referência constituídos:

G1 – Ab MT;

G2 – Ab sMT;

G3 – sAb MT;

G4 – sAb sMT.

Os grupos apresentam-se homogéneos relativamente ao número de mulheres por que são constituídos com uma excepção no G2 (Ab sMT) que apresenta menos mulheres, o que não altera a consistência interna da distribuição.

4.2.1. Maus-Tratos, Droga e Criminalidade

Na amostra recolhida, a percentagem de reclusas condenadas por crime refere-se maioritariamente ao crime de tráfico de droga, seguindo-se a burla, tráfico e consumo de droga, roubo, furto, falsificação, homicídio, outros crimes, ofensas corporais, consumo de droga e assalto à mão armada. Os valores encontrados estão de acordo com os valores reportados nos relatórios da Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

Se considerarmos a percentagem de crimes cometidos, uma vez que há reclusas condenadas por dois ou mais crimes, e considerando a categoria de “crimes contra o património” como

referida no Código Penal português, encontramos que a maioria se refere aos crimes contra o património (33,8%) seguida de perto pelo crime de tráfico de drogas (31,9%) e já com 11,7% o tráfico e consumo de droga.

É importante considerarmos que os crimes contra o património (roubo, furto, burla e assalto à mão armada) se encontram muitas vezes descritos como associados ao tráfico e ao consumo de droga.

Com percentagens mais baixas encontramos o crime de falsificação, o homicídio, outros crimes e ofensas corporais.

O crime de homicídio, apesar de uma percentagem inferior (5,6% que correspondem a 12 homicídios), deve merecer a nossa atenção já que se trata de um crime violento contra a vida humana, o mesmo se passando com as ofensas corporais (3,3%) que, em grande parte dos casos, foram graves.

A maioria das mulheres foi condenada por apenas um crime mas 47 (26,7%) estão detidas por dois ou mais crimes, sendo as associações mais comuns as que se referem aos crimes contra o património.

O tipo de crime varia nas mulheres com e sem abuso de substâncias.

Nos casos em que existe abuso de substâncias, os crimes mais cometidos são aqueles contra o património (47,7%), seguidos do tráfico e consumo de drogas (23,7%). Com valores mais baixos surgem-nos os crimes de tráfico de drogas, falsificação, ofensas corporais e outros crimes.

Quando não se verifica abuso de substâncias o crime mais cometido é o tráfico de drogas (47,4%) seguido, com valores mais baixos, dos crimes contra o património, homicídio, falsificação, outros crimes, ofensas corporais e tráfico e consumo em último lugar (1,7%).

Podemos daqui concluir que, havendo abuso de substâncias psicoactivas, os crimes com maior expressão são aqueles contra o património seguidos pelo tráfico e consumo de droga, o que nos leva a admitir que mesmo os crimes contra o património poderão ter subjacente o abuso de drogas, sendo descrito na literatura que os indivíduos com abuso de substâncias cometem muitas vezes estes crimes em função da sua necessidade de consumo.

Nos casos em que não há abuso de substâncias, o crime de maior expressão é o de tráfico de drogas, o que revela que muitas reclusas que traficavam não tinham historial de abuso de substâncias.

É importante referir que os crimes de homicídio nesta amostra foram todos cometidos por mulheres sem abuso de substâncias, e que os crimes de ofensas corporais, também considerados crimes contra as pessoas, são, em maior percentagem, cometidos por mulheres sem abuso de substâncias.

Quanto às mulheres que afirmam ter sido vítimas de maus-tratos, os crimes com maior expressão são crimes contra o património (35,9%), seguidos de perto pelo tráfico de droga (26,3%). Com menor expressão, encontramos o tráfico e consumo de droga, falsificação, outros crimes, ofensas corporais e homicídio.

Nas mulheres que não foram vítimas de maus-tratos, o crime mais significativo é o de tráfico de drogas (42,1%), seguido de crimes contra o património (30,3%) e, com menor expressão, o tráfico e consumo de drogas, homicídio, falsificação, outros crimes e ofensas corporais.

Salienta-se da análise que o crime de tráfico de droga ocorre mais frequentemente em mulheres sem maus-tratos, ocorrendo os crimes contra o património numa percentagem ligeiramente maior de mulheres com maus-tratos. Nos restantes crimes há uma percentagem um pouco maior de crimes cometidos por mulheres que foram vítimas de maus-tratos, à excepção do homicídio, que aparece com uma percentagem relativa maior em casos que não houve maus-tratos.

Relativamente à diferença entre mulheres que já consumiram substâncias psicoactivas (41,5%) e mulheres com historial de abuso de substâncias (39,2%), verificamos que esta é muito pequena, correspondendo apenas a 4 mulheres.

As mulheres com historial de abuso de substâncias encontram-se divididas em dois grupos. Há 29% das mulheres da amostra que têm abuso de substâncias concomitante com maus-tratos (G1 – Ab MT). Os restantes 10,2% das mulheres da amostra com abuso de substâncias negaram ter sido vítimas de maus-tratos em qualquer altura da sua vida (G2 – Ab sMT). Verificamos que o G1 (Ab MT) tem mais frequência no meio prisional do que o G2 (Ab sMT).

No que se refere aos maus-tratos, 106 (60,2%) mulheres afirmam já ter sido vítimas de alguma forma de maus-tratos. Destas 106 mulheres, 51,7% foram vítimas de maus-tratos emocionais, 37,5% de maus-tratos físicos e 16,5% de maus-tratos sexuais.

Em relação aos grupos referência, há uma pequena diferença que corresponde a mais 4 mulheres no G3 (sAb MT) do que no G1 (Ab MT).

Os maus-tratos relatados referem-se maioritariamente à idade adulta, seguida da adolescência e da infância. Quando comparamos os grupos de mulheres vítimas de maus-tratos com o facto de terem ou não historial de abuso de substâncias, verificamos que, na idade adulta, a maioria dos maus-tratos, físicos, sexuais e emocionais, ocorre em mulheres sem abuso de substâncias. Quando se trata dos maus-tratos na infância, há uma percentagem ligeiramente maior de mulheres sem abuso de substâncias quando objecto de maus-tratos físicos, igual percentagem de mulheres com e sem abuso de substâncias com aos maus-tratos sexuais, e uma percentagem ligeiramente maior de mulheres com abuso de substâncias no caso de maus-tratos emocionais.

A percentagem de mulheres com abuso de substâncias psicoactivas é substancialmente superior nos três tipos de maus-tratos na adolescência.

Se considerarmos as categorias de maus-tratos, e relativamente aos maus-tratos físicos, a distribuição é igual no G1 (Ab MT) e G3 (sAb MT), correspondendo a 18,8 % em cada grupo. Já na categoria dos maus-tratos sexuais há 9,1% no G1 (Ab MT) e 7,4% no G3 (sAb MT). As vítimas de maus-tratos emocionais distribuem-se em maior percentagem pelo G3 (sAb MT) com 27,3%, correspondendo 24,4% ao G1 (Ab MT). Percebemos então que as diferenças encontradas se referem aos maus-tratos sexuais que se manifestam com uma percentagem ligeiramente maior em mulheres que têm historial de abuso de substâncias, enquanto que os maus-tratos emocionais se apresentam com uma percentagem um pouco maior nas mulheres sem historial de abuso de substâncias.

Relativamente aos maus-tratos físicos, 66 (37,5 %) mulheres dizem já ter sido vítimas destes enquanto 100 (62,5%) afirmam nunca o ter sido.

Das 66 mulheres que afirmam ter sido vítimas de maus-tratos, 54% de mulheres dizem que foram vítimas destes maus-tratos apenas na idade adulta, 15% na infância, adolescência e idade adulta, 14% apenas na adolescência, 6% na adolescência e idade adulta e 6% na infância e idade adulta, 3% apenas na infância e 2% na infância e adolescência.

É de salientar que considerando todas as mulheres que já sofreram maus-tratos físicos na idade adulta, por somatório de categorias, estas representam 81%, o que nos mostra que esta é a faixa etária com maior prevalência de maus-tratos físicos na população prisional portuguesa, seguindo-se a adolescência (38%) e com menor frequência a infância (24%).

No que se respeita aos grupos de referência os maus-tratos físicos ocorrem em igual frequência (50% - 33 mulheres) no G1 (Ab MT) e G3 (sAb MT).

Quanto aos maus-tratos sexuais, 29 (16,5 %) mulheres dizem já ter sido vítimas destes e 147 (83,5%) referem nunca o ter sido.

Das 29 mulheres que afirmam terem sido vítimas de maus-tratos, 38% de mulheres afirma ter sido vítima destes maus-tratos apenas na adolescência, 28% apenas na idade adulta, 17% apenas na infância, 7% na infância e idade adulta e 7% na adolescência e idade adulta e ainda 3% na infância, adolescência e idade adulta.

É de salientar que considerando todas as mulheres que já sofreram maus-tratos sexuais na adolescência, por somatório de categorias, estas representam 48%, o que nos mostra que esta é a faixa etária com maior frequência de maus-tratos físicos na população prisional portuguesa, seguida de perto da idade adulta (45%) e representando os maus-tratos sexuais na infância 27%.

Conclui-se que os maus-tratos sexuais ocorrem com maior frequência no G1 (Ab MT) do que no G3 (sAb MT), encontrando-se os valores respectivos de 16 (55,2%) e 13 (44,8%) mulheres.

No caso de maus-tratos emocionais, 91 (51,7 %) mulheres dizem já ter sido vítima destes e 85 (48,3%) afirmam nunca o ter sido.

Das 91 mulheres que afirmam ter sido vítimas de maus-tratos emocionais, 60% afirma ter sido vítima destes maus-tratos apenas na idade adulta, 14% apenas na adolescência, 8% na infância, adolescência e idade adulta e 8% na adolescência e idade adulta, 4% na infância e na adolescência.

É de salientar que considerando todas as mulheres que já sofreram maus-tratos emocionais na idade adulta, por somatório de categorias, estas representam 71%, o que nos mostra que esta é a faixa etária com maior frequência de maus-tratos físicos na população prisional portuguesa, seguida da adolescência (24%) e representando os maus-tratos físicos na infância 18%.

Não podemos deixar de referir que, no que respeita aos maus-tratos emocionais, muitas mulheres que referiram ter sofrido este tipo de maus-tratos na idade adulta fizeram referência, durante o preenchimento do inquérito, que os teriam sentido por parte das guardas prisionais, já depois da reclusão, facto que poderá enviesar os dados neste factor.

Já em relação aos grupos de referência os maus-tratos emocionais ocorrem com maior frequência no G3 (sAb MT) do que no G1 (Ab MT), encontrando-se respectivamente nestes grupos 48 (52,8%) e 43 (47,3%) mulheres.

Relativamente à percentagem de crimes cometidos nos quatro grupos de referência, o G1 (Ab MT) destaca-se nos crimes de roubo, furto, falsificação, burla, tráfico de droga e tráfico e

consumo de droga. Já o G2 (Ab sMT) apresenta valores percentuais baixos e em crimes como roubo e tráfico e consumo de drogas. O G3 (sAb MT) apresenta um valor mais destacado para o tráfico de droga e valores mais baixos para outros crimes como burla, homicídio, ofensas corporais, falsificação e outros crimes. Finalmente o G4 (sAb sMT) apresenta um valor que se destaca como o mais alto para o tráfico de droga, tendo valores bastante mais baixos para a burla, homicídio, falsificação e outros crimes.

Destacam-se nesta análise os crimes de tráfico de droga no G3 (sAb MT) e no G4 (sAb sMT), facto que nos leva a concluir que a maioria das mulheres detidas por tráfico de drogas não abusam destas substâncias.

De referir também que o G1 (Ab MT) se destaca essencialmente em crimes contra o património assim como tráfico de droga e tráfico e consumo de droga, o que nos leva a reter a temática dos crimes não relacionados com droga mas que podem estar associados a formas de encontrar meios de a conseguir (crimes contra o património). Este mesmo argumento é passível de justificar os crimes que encontramos no G2 (Ab sMT) que apresentam o mesmo valor para o crime tráfico e consumo de droga e o crime de roubo.

Um outro facto que destacamos é que os crimes de homicídio ocorrem apenas no G3 (sAb MT) e no G4 (sAb sMT).

4.2.2. Hipótese de Correlação Entre as Variáveis Independentes

Para testar a hipótese colocada de as variáveis “abuso de substâncias psicoactivas” e “maus-tratos” estarem correlacionadas (H1) procedeu-se da seguinte forma:

- Aplicação do Teste de Qui-Quadrado para verificar a hipótese de independência entre abuso de substâncias psicoactivas e maus-tratos. Esta hipótese é claramente rejeitada ($p\text{-value} < \alpha$), considerando α com nível de significância do teste (0,05).

Na amostra utilizada neste estudo o abuso de substâncias psicoactivas por parte das reclusas apresenta-se como dependente do facto de terem sofrido maus-tratos ou vice-versa, sendo este facto estatisticamente significativo;

- Além do Teste de Qui-Quadrado recorreu-se também à Análise Factorial (através das medidas de Kaiser-Meyer-Olkin e o Teste de Bartlett), utilizada para identificar e analisar a estrutura de um conjunto de variáveis interrelacionadas. No caso das variáveis Abuso de Substâncias e Maus-Tratos, obtêm-se valores que permitem concluir que as variáveis estão significativamente correlacionadas ($KMO = 0,5$; $\chi^2 = 8,977$; $DP = 1$; $p\text{-value} = 0,003 < 0,005$).

Através dos resultados destas duas análises referidas podemos afirmar que as variáveis abuso de substâncias e maus-tratos são dependentes entre si e se correlacionam de forma estatisticamente significativa, não sendo possível apenas com este estudo determinar qual das duas variáveis influencia a outra ou se existem outros factores externos, comuns a ambas, que possam influenciar essa correlação.

A hipótese colocada (H1), de que as variáveis “abuso de substâncias psicoactivas” e “maus-tratos” estão correlacionadas, vê-se deste modo confirmada.

4.2.3. Hipótese de Diferenças na Tipologia de Crimes Entre Grupos de Referência

Para testar a hipótese do tipo de crimes ser diferente no grupo de mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos (G1 – Ab MT), quando comparado com os outros três grupos (H2) foram efectuadas diversas análises de distribuição:

- Teste de Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica nos grupos em que as reclusas que sofreram maus-tratos (G1 e G3) e em que não sofreram maus-tratos (G2 e G4).

Concluiu-se que não há evidência para afirmar que a distribuição dos tipos de crime varie com a existência de maus-tratos (Qui-Quadrado=9.3; $p=0.158$).

- Teste de Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica nos grupos em que as reclusas têm abuso de substâncias psicoactivas (G1 e G2) e não têm abuso de substâncias psicoactivas (G3 e G4).

Concluiu-se que existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=65.3; $p=0.000$), o que permite afirmar que o abuso de substâncias psicoactivas conduz à prática de diferentes crimes, quando comparamos com o tipo de crimes dos grupos sem abuso de substâncias.

- Teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica no G1 (Ab MT) e no G2 (Ab sMT).

Concluiu-se que não há evidência que permita afirmar que a distribuição dos tipos de crime varie com a existência de maus-tratos (Qui-Quadrado=6,0; $p=0.302$).

Podemos dizer que o G1 (Ab MT) e o G2 (Ab sMT) apresentam distribuições semelhantes de crimes.

- Teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica no G1 (Ab MT) e no G3 (sAb MT).

Concluiu-se que existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=38,80; $p=0.000$), o que permite dizer que o abuso de substâncias psicoactivas influencia a prática de diferentes crimes, quando comparamos grupos de mulheres vítimas de maus-tratos.

- Teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica no G1 (Ab MT) e no G4 (sAb sMT).

Concluiu-se que existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=43.8; $p=0.000$), pelo que podemos dizer que o abuso de substâncias e a vivência de maus-tratos leva à prática de diferentes crimes, quando comparamos o G1 (Ab MT) com um grupo de mulheres sem abuso de substâncias e que não foram vítima de maus-tratos.

- Teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica no G2 (Ab sMT) e no G4 (sAb sMT).

Verificou-se que existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=37.2; $p=0.000$), o que nos admite concluir que o abuso de substâncias psicoactivas influencia a

prática de diferentes crimes, quando comparamos grupos de mulheres que não sofreram maus-tratos.

- Teste Qui-Quadrado para averiguar se a distribuição dos tipos de crimes é idêntica no G3 (sAb MT) e no G4 (sAb sMT).

Concluiu-se que não existem diferenças significativas entre os dois grupos (Qui-Quadrado=7,8; $p=0.251$).

Podemos dizer que o G3 e o G4 apresentam distribuições semelhantes de crimes, não havendo influência da existência de maus-tratos nesta distribuição.

Quanto à hipótese do tipo de crimes ser diferente no grupo de mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos (G1 – Ab MT), quando comparado com os outros três grupos (H2), a resposta que obtemos através deste estudo não é uma resposta simples e única.

O que podemos constatar é que não há evidência para afirmar que a distribuição dos tipos de crime varie com a existência de maus-tratos mas quando se trata dos grupos com abuso e sem abuso de substâncias há diferenças significativas, ou seja, podemos afirmar que o abuso de substâncias psicoactivas está associado à prática de diferentes crimes, quando comparamos com o tipo de crimes dos grupos sem abuso de substâncias.

Podemos também dizer que o G1 (Ab MT) e o G2 (Ab sMT) apresentam distribuições semelhantes de crimes.

Entre o G1 (Ab MT) e o G3 (sAb MT) há diferenças significativas, o que nos leva a afirmar que o abuso de substâncias psicoativas influencia a prática de diferentes crimes, quando comparamos grupos de mulheres vítimas de maus-tratos.

Em relação ao G1 (Ab MT) e G4 (sAb sMT) existem diferenças significativas entre os dois grupos, podendo dizer-se que o abuso de substâncias e a vivência de maus-tratos está relacionado com a prática de diferentes crimes, quando comparamos o G1 com um grupo de mulheres sem abuso de substâncias e que não foram vítima de maus-tratos.

Além disto concluiu-se que existem diferenças significativas entre o G2 (Ab sMT) e o G4 (sAb sMT), o que pode significar que o abuso de substâncias psicoativas influencia a prática de diferentes crimes, quando comparamos grupos de mulheres que não sofreram maus-tratos.

Por estes resultados, o G3 (sAb MT) e o G4 (sAb sMT) apresentam distribuições semelhantes de crimes, não havendo influência da existência de maus-tratos nesta distribuição.

Constatamos então que as diferenças na distribuição das tipologias de crimes acontecem sempre que a variável “abuso de substâncias” está presente.

A hipótese do tipo de crimes ser diferente no grupo de mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos (G1 – Ab MT), quando comparado com os outros três grupos (H2) confirma-se em relação ao G3 (sAb MT) e ao G4 (sAb MT) e infirma-se em relação ao G2 (Ab sMT).

4.2.4. Hipótese de Diferenças no Auto-Conceito Entre Grupos de Referência

Relativamente ao Auto-Conceito, e para testar a hipótese de o auto-conceito ser diferente no grupo de mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos (G1 – Ab MT) quando comparado com os outros três grupos (H3), efectuou-se uma análise de variância com o objectivo de comparar os 4 grupos encontrados na amostra, em relação ao valor médio do total do ICAC (*Inventário Clínico de Auto-Conceito*).

Concluiu-se pela inexistência de diferenças significativas entre grupos ($F=0.513; p=0.674$; $\alpha < 0,05$), sendo o valor do auto-conceito encontrado similar em toda a amostra.

Além da análise da variância, foi analisada a consistência interna dos resultados obtidos em todos os factores do ICAC. A consistência é alta, sendo o Alpha de Cronbach de 0,766 para 5 itens.

Efectuou-se também um teste z de comparação de médias entre dois grupos de mulheres, o grupo constituído pela amostra utilizada no presente estudo e o grupo de mulheres utilizado na construção do instrumento (ICAC).

A hipótese de igualdade de médias entre os grupos é rejeitada ($z_{obs} > z_{critico}$), considerando um alfa de 0,05 ($z=7.57$; $p=0.000$).

O grupo de reclusas que constitui a amostra apresenta um valor de auto-conceito superior ao da média da população utilizada na validação do inventário, e que são considerados os valores normais para a população feminina portuguesa.

A hipótese colocada relativa ao auto-conceito, de este ser diferente no grupo de mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos (G1) quando comparado com os outros três grupos (H3) é desta forma infirmada.

O facto do valor encontrado para o auto-conceito na amostra do estudo não diferir entre grupos e, além disso, ser superior ao valor considerado “normal” para a população portuguesa leva-nos a questionar que factores poderão estar na origem destes resultados, ou seja, podemos colocar-nos duas questões:

- Porque motivo o auto-conceito da população reclusa feminina é superior ao da população feminina em liberdade, e que factores podem influenciar este facto?
- Será que o valor de auto-conceito elevado poderá corresponder a uma tentativa de adaptação das mulheres à situação de privação de liberdade e controlo de movimentos em que se encontram?

Como resposta a estas questões propomos futuros trabalhos de investigação que se possam debruçar sobre esta e outras temáticas do funcionamento psicológico das reclusas portuguesas.

CONCLUSÃO

O presente estudo surge para procurar esclarecer se existe uma correlação entre o abuso de substâncias e os maus-tratos, em mulheres portuguesas em reclusão, assim como verificar as diferenças encontradas nas tipologias de crimes cometidos.

Propusemo-nos identificar linhas orientadoras para um melhor conhecimento do fenómeno da criminalidade no género feminino, tendo em conta os factores dos maus-tratos, do abuso de substâncias e do auto-conceito, e para este efeito colocámos três hipóteses que tentámos verificar.

Constituímos quatro grupos de referência, em função dos quais analisámos os dados recolhidos:

- “G1 (Ab MT)”: grupo de mulheres com abuso de substâncias psicoactivas e com maus-tratos;
- “G2 (Ab sMT)”: grupo de mulheres com abuso de substâncias psicoactivas e sem maus-tratos;
- “G3 (sAb MT)”: grupo de mulheres sem abuso de substâncias psicoactivas e com maus-tratos;
- “G4 (sAb sMT)”: grupo de mulheres sem abuso de substâncias psicoactivas e sem maus-tratos.

Encontrámos algumas evidências que nos parece importante referir e que conduzirão às conclusões finais deste estudo.

As percentagens de reclusas condenadas por crime na nossa amostra referem-se em maior número ao crime de tráfico de droga, seguindo-se a burla, tráfico e consumo de droga, roubo, furto, falsificação, homicídio, outros crimes, ofensas corporais, consumo de droga e assalto à mão armada.

Considerando a categoria de “crimes contra o património”, como referida no Código Penal português, encontramos um valor ligeiramente mais elevado nestes crimes do que no crime de tráfico de droga.

Os valores encontrados estão de acordo com os valores reportados nos relatórios da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, à excepção do maior número de crimes contra o património.

É importante considerarmos que os crimes contra o património (roubo, furto, burla e assalto à mão armada) se encontram muitas vezes descritos como associados ao tráfico e ao consumo de droga e, frequentemente está inerente o abuso de drogas. É descrito na literatura que os indivíduos com abuso de substâncias cometem muitas vezes estes crimes em função da sua necessidade de consumo, mais propriamente, a necessidade de obter dinheiro para aquisição das substâncias de que se encontram dependentes.

O crime de homicídio, apesar de apresentar uma percentagem pequena (6,8%) deve merecer a nossa atenção já que se trata de um crime violento contra a vida humana. É importante referir que os crimes de homicídio nesta amostra foram todos cometidos por mulheres sem abuso de substâncias, e que os crimes de ofensas corporais, também considerados crimes contra as pessoas, são, em maior percentagem, cometidos por mulheres sem abuso de substâncias. Daqui, poderemos retirar que, nesta amostra, a criminalidade violenta não está relacionada com o consumo de substâncias psicoactivas, o que contraria a literatura dominante.

O tipo de crime varia nas mulheres com abuso de substâncias e sem abuso de substâncias.

Nos casos em que existe abuso de substâncias os crimes mais cometidos são aqueles contra o património, seguidos do tráfico e consumo de drogas. Quando não se verifica abuso de substâncias o crime mais cometido é o tráfico de drogas.

Podemos daqui concluir que, havendo abuso de substâncias psicoactivas, os crimes com maior expressão são os crimes contra o património, seguidos pelo tráfico e consumo de droga, o que nos leva a admitir que mesmo os crimes contra o património poderão ter relação com o tráfico e consumo.

Nas mulheres que não têm historial de abuso de substâncias o crime de maior expressão é o de tráfico de drogas.

O crime de tráfico de droga ocorre mais em mulheres sem maus-tratos, ocorrendo os crimes contra o património numa percentagem ligeiramente maior de mulheres com maus-tratos. Nos restantes crimes esta tendência inverte-se, à excepção do homicídio que aparece com uma percentagem relativa maior em casos que não houve maus-tratos.

A maioria das mulheres inquiridas afirmou já ter sido vítima de maus-tratos. Foram referidos por mais de metade destas mulheres os maus-tratos emocionais, seguindo-se os maus-tratos físicos e, com menor frequência, os sexuais.

Devemos no entanto considerar o estigma socialmente associado tanto aos maus-tratos físicos como aos sexuais e, colocarmo-nos a questão da possibilidade de ser menos difícil às inquiridas admitirem terem sido vítimas de maus-tratos emocionais.

Os maus-tratos relatados referem-se maioritariamente à idade adulta, seguida da adolescência e da infância.

Quando comparamos os grupos de mulheres vítimas de maus-tratos com o facto de terem ou não historial de abuso de substâncias, verificamos que na idade adulta a maioria dos maus-tratos, físicos, sexuais e emocionais, ocorreu em mulheres sem abuso de substâncias.

Quando se trata dos maus-tratos na infância, há uma percentagem ligeiramente maior de mulheres sem abuso de substâncias quando objecto de maus-tratos físicos, igual percentagem de mulheres com e sem abuso de substâncias com aos maus-tratos sexuais, e uma percentagem ligeiramente maior de mulheres com abuso de substâncias no caso de maus-tratos emocionais.

A percentagem de mulheres com abuso de substâncias psicoactivas é substancialmente superior nos três tipos de maus-tratos, quando se trata de maus-tratos na adolescência.

Quando consideramos as categorias de maus-tratos, verificamos que as diferenças encontradas se referem aos maus-tratos sexuais, que se manifestam numa percentagem ligeiramente maior em mulheres que têm historial de abuso de substâncias, enquanto que os maus-tratos emocionais se apresentam com uma percentagem um pouco maior nas mulheres sem historial de abuso de substâncias.

Os maus-tratos físicos apresentam-se com maior frequência na idade adulta, seguindo-se a adolescência e, com uma frequência menor, a infância.

Os maus-tratos sexuais são referidos por mais mulheres como tendo ocorrido na adolescência, seguida de perto pela idade adulta e, em menor frequência, na infância.

Já no que se refere aos maus-tratos emocionais, estes são mais referidos na idade adulta, seguida da adolescência e da infância. É importante dizer que estes maus-tratos na idade adulta são referidos por muitas reclusas como tendo ocorrido já no período de reclusão.

O G1 (Ab MT) destaca-se nos crimes de roubo, furto, falsificação, burla, tráfico de droga e tráfico e consumo de droga.

Seguidamente, o G2 (Ab sMT) apresenta valores percentuais baixos e em crimes como roubo e tráfico e consumo de drogas.

O G3 (sAb MT) apresenta um valor mais destacado para o tráfico de droga e valores mais baixos para outros crimes como burla, homicídio, ofensas corporais, falsificação e outros crimes.

Finalmente o G4 (sAb sMT) apresenta um valor que se destaca como o mais alto para o tráfico de droga, tendo valores bastante mais baixos para a burla, homicídio, falsificação e outros crimes.

Destacam-se nesta análise os crimes de tráfico de droga no G3 (sAb MT) e no G4 (sAb sMT), o que nos leva a concluir que a maioria das mulheres detidas por tráfico de drogas não abusam destas substâncias.

Parece-nos também importante assinalar que o G1 (Ab MT) se destaca essencialmente em crimes contra o património assim como tráfico de droga e tráfico e consumo de droga, o que nos faz reflectir sobre a temática dos crimes não relacionados com droga mas que podem estar

associados a formas de encontrar meios de a conseguir (crimes contra o património). Este mesmo argumento é passível de justificar os crimes que encontramos no G2 (Ab sMT) que apresentam o mesmo valor para o crime tráfico e consumo de droga e o crime de roubo.

Outro factor que merece o nosso destaque é que os crimes de homicídio ocorrem apenas no G3 (sAb MT) e no G4 (sAb sMT).

Passamos a apresentar as conclusões relativas às hipóteses por nós colocadas.

Através dos resultados das análises efectuadas podemos afirmar que as variáveis “abuso de substâncias” e “maus-tratos” são dependentes entre si e se correlacionam de forma estatisticamente significativa, não sendo possível apenas com este estudo determinar qual das duas variáveis influencia a outra ou se existem outros factores externos, comuns a ambas, que possam influenciar essa correlação.

Concluimos que a hipótese 1, de que as variáveis “abuso de substâncias psicoactivas” e “maus-tratos” estão correlacionadas, se confirma.

Quanto à hipótese do tipo de crimes ser diferente no grupo de mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos (G1), quando comparado com os outros três grupos, não encontramos uma conclusão simples.

O que podemos constatar é que não há evidência para afirmar que a distribuição dos tipos de crime varie com a existência de maus-tratos, mas quando se trata dos grupos com abuso e sem abuso de substâncias há diferenças significativas, ou seja, a inferência que podemos retirar

dos dados obtidos é que o abuso de substâncias psicoactivas leva à prática de diferentes crimes, quando comparamos com o tipo de crimes nos grupos sem abuso de substâncias.

Constatamos então que as diferenças na distribuição das tipologias de crimes acontecem sempre que a variável “abuso de substâncias” está presente.

A hipótese 2, de que o tipo de crimes é diferente no grupo de mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos (G1), quando comparado com os outros três grupos confirma-se em relação ao G3 (sAb MT) e ao G4 (sAb sMT) e infirma-se em relação ao G2 (Ab sMT).

O valor de auto-conceito que encontramos é superior ao da média da população utilizada na validação do inventário, e que são considerados os valores normais para a população feminina portuguesa.

Daqui concluímos que a hipótese 3, de que o auto-conceito será diferente no grupo de mulheres com abuso de substâncias e com maus-tratos (G1) quando comparado com os outros três grupos, é infirmada no nosso estudo.

O facto do valor encontrado para o auto-conceito na amostra do estudo não diferir entre grupos e, ser além disso, superior ao valor considerado “normal” para a população portuguesa leva-nos a questionar que factores poderão estar na origem destes resultados, ou seja, podemos colocar-nos questões que levantámos na discussão dos resultados.

Para responder a estas questões propomos que sejam efectuados futuros trabalhos de investigação que se possam debruçar sobre esta e outras temáticas do funcionamento psicológico das reclusas portuguesas, já que há muitos factores que podem ser explorados

nesta população e que podem servir propósitos não apenas de um conhecimento mais aprofundado da criminalidade feminina, mas também a nível de prevenção.

É possível identificar factores de risco para a criminalidade e para os diversos tipos de crimes. A identificação desses factores, e um bom conhecimento da forma como evoluem e se manifestam, podem levar à prevenção não só de alguns crimes mas também dos próprios factores que os precipitam.

BIBLIOGRAFIA

- AGRA, Cândido da, *Entre Droga e Crime*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998
- ALBERGARIA, Pedro Soares de, *A Lei da Saúde Mental (Lei N.º 36/ 98, de 24 de Julho) Anotada*, Livraria Almedina, Coimbra, 2003
- ALBERTO, Isabel Maria Marques, *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004
- ALFERES, Valentim Rodrigues, *Investigação Científica em Psicologia – Teoria & Prática*, Livraria Almedina, Coimbra, 1997
- ALMEIDA, Ana Nunes (et al.), *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal – Relatório Final*, Assembleia da República Edições, Lisboa, 2001
- ALMEIDA, Carlota Pizarro; VILALONGA, José Manuel, *Código Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 2002
- ALTAVILLA, Enrico, *Psicologia Judiciária Volume I – O Processo Psicológico e a Verdade Judicial*, Livraria Almedina, Coimbra, 2003
- ALTAVILLA, Enrico, *Psicologia Judiciária Volume II – Personagens do Processo Penal*, Livraria Almedina, Coimbra, 2003

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, *DSM-IV-TR – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, Climepsi Editores, Lisboa, 2002
- ANGEL, Pierre; RICHARD, Denis; VALLEUR, Marc, *Toxicomanias*, Climepsi Editores, Lisboa, 2002
- BERGERET, Jean; LEBLANC, J. (et al.), *Précis des Toxicomanies*, Masson, Paris, 1983
- BERGERET, Jean, *Psicologia Patológica Teórica e Clínica*, Climepsi Editores, Lisboa, 1998
- BERGERET, Jean, *A Personalidade Normal e Patológica*, Climepsi Editores, 3.^a edição, Lisboa, 2000
- BORN, Michel, *Psicologia da Delinquência*, Climepsi Editores, Lisboa, 2005
- CALABUIG, Juan Antonio Gisbert; CAÑADAS, Enrique Villanueva (et al.), *Gisbert Calabuig. Medicina Legal y Toxicología*, Masson, sexta edición, Barcelona, 2004
- CANHA, Jeni, *Criança Maltratada: O Papel de Uma Pessoa de Referência na sua Recuperação – Estudo Prospectivo de 5 Anos*, Quarteto Editora, 2.^a edição, Coimbra, 2003

- CARDOSO, S., *Mulheres Toxicodependentes – Género e Desviância*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, 2004
- COELHO, Cristina Maria Costa, *A Doença Mental (Des)Culpada: Um Modelo de Avaliação da Responsabilidade Criminal*, Livraria Almedina, Coimbra, 2007
- CORDEIRO, J. C. Dias, *Psiquiatria Forense – A Pessoa Como Sujeito Ético Em Medicina e Em Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003
- COSTA, Dália, *Percepção Social de Mulher Vítima de Violência Conjugal – Estudo Exploratório Realizado no Concelho de Lisboa*, ISCSP/ UTL, Lisboa, 2005
- COTTO, Augusto, “Análisis de Género de la Criminalidad”, Comunicação ao Panel No. 09, “Políticas de Seguridad Ciudadana con Enfoque de Género”, na Conferencia Centroamericana y del Caribe “Reducción de la Pobreza, Gobernabilidad Democrática y Equidad de Género”, Managua, 2002
- COVINGTON, Stephanie S., “A Woman's Journey Home: Challenges for Female Offenders”, in TRAVIS, Jeremy; WAUL, Michelle (ed.), *Prisoners Once Removed: The Impact of Incarceration and Reentry on Children, Families, and Communities*, Urban Institute, 2002

- D' OLIVEIRA, Teresa, *Teses e Dissertações – Recomendações Para a Elaboração e Estruturação de Trabalhos Científicos*, Editora RH, 2.ª edição, Lisboa, 2005
- DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa, *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, Coimbra Editora, Coimbra, 1997
- DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS, “Estatísticas Prisionais 2006 – Apresentação e Análise”, DSPRE/ DGSP, Lisboa, 2007
- EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION, “Differences and Patterns of Drug Use Between Women and Men”, EMCDDA, 2005
- FARATE, Carlos, “*Risco Relacional*” e Consumo de Drogas no Início da Adolescência – A Complementaridade das Abordagens Clínica e Epidemiológica do Risco Aditivo, Dissertação de Candidatura ao Grau de Doutor em Ciências Médicas, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto, 1996
- FAUPEL, Charles E., *Shooting Dope. Career Patterns of Hard-Core Heroin Users*, University of Florida Press, Florida, 1991
- FÁVERO, Marisalva Fernandes, *Sexualidade Infantil e Abusos Sexuais a Menores*, Climepsi Editores, 2003, Lisboa
- FERNANDES, Luís, *O Sítio das Drogas*, Editorial Notícias, 2.ª edição, Lisboa, 1998

- FONSECA, António Castro (ed.), *Comportamento Anti-Social e Família. Uma Abordagem Científica*, Livraria Almedina, Coimbra, 2002
- FONSECA, António Castro (ed.), *Comportamento Anti-Social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004
- FRAZÃO, Carla; TELES, Louise da Cunha; PEREIRA, Elizabete; MAGALHÃES, Cristina, *O Carrossel da Vida. Histórias do Agarrar*, Climepsi Editores, Lisboa, 2005
- GASPAR, Maria Filomena; OLIVEIRA, Albertina; VIEIRA, Cristina; LIMA, Margarida; SEABRA-SANTOS, Maria João (orgs.), *Problemas Emocionais e Comportamento Anti-Social*, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001
- GECAS, Viktor, “The Self Concept”, in *Annual Review of Sociology*, 8, California, 1982
- GÓMEZ, Fernando Jiménez (coord.), *Evaluación Psicológica Forense. 1 Fuentes de Información, Abusos Sexuales, Testimonio, Peligrosidad y Reincidencia*, Amarú Ediciones, Salamanca, 2001
- GONÇALVES, Rui Abrunhosa, *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*, Quarteto Editora, Coimbra, 2000

- GONÇALVES, Rui Abrunhosa; SALÉM, Cláudia Feitosa, “Droga, Comportamento Criminoso e Psicopatia: Resultados de um Estudo Comparativo”, *in* Toxicodependências, Volume 8, Número 4, Ministério da Saúde – Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, Lisboa, 2002
- GONÇALVES, Rui Abrunhosa; MACHADO, Carla, *Violência e Vítimas de Crimes Vol. 1 – Adultos*, Quarteto Editora, 2.^a edição, Coimbra, 2002
- GONÇALVES, Rui Abrunhosa; MACHADO, Carla, *Violência e Vítimas de Crimes Vol. 2 – Crianças*, Quarteto Editora, 2.^a edição, Coimbra, 2002
- GONÇALVES, Rui Abrunhosa; MACHADO, Carla (coord.), *Psicologia Forense*, Quarteto Editora, Coimbra, 2005
- GUNN, John, “Future Direction for Treatment in Forensic Psychiatry”, *in* British Journal of Psychiatry, 176, The Royal College of Psychiatrists, London, 2000
- HIRIGOYEN, Marie-France, *Assédio, Coacção e Violência no Quotidiano*, Editora Pergaminho, Lisboa, 1999
- JOAQUIM, Henrique Costa, “Criminalidade e Consumo de Substâncias Ilícitas”, *in* Toxicodependências, Volume 11, n.º 1, Ministério da Saúde – Instituto da Droga e da Toxicodependência, Lisboa, 2005

- JOHNSON, Holly, “Drugs and Crime: A Study of Incarcerated Female Offenders”, in *Research and Public Policy Series*, No. 63, Australian Institute of Criminology, 2004
- JOYCE-MONIZ, Luís, *Psicopatologia do Desenvolvimento do Adolescente e do Adulto*, Editora McGraw-Hill, Lisboa, 1997
- LEAL, José Manuel Pires, *Crime no Feminino – Trajectórias Delinquentiais de Mulheres*, Livraria Almedina, Coimbra, 2007
- LISBOA, Manuel (Coor.), *PREVENIR OU REMEDIAR – Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*, Edições Colibri, Lisboa, 2006
- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; MARTELEIRA, Joana, *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa, 2003
- LOUCKS, Alexander D.; ZAMBLE, Edward E., “Predictors of Criminal Behavior and Prison Misconduct in Serious Female Offenders”, unpublished manuscript, Canada, 2000
- MAGALHÃES, Teresa, *Maus Tratos em Crianças e Jovens*, Quarteto Editora, Coimbra, 2002

- MAIO, Vincent J. M. Di, DANA, Suzanna E., *Manual de Patología Forense*, Ediciones Díaz de Santos, Madrid, 2003
- MANITA, Celina, *Personalidade e Acção em Consumidores de Droga e Delinquentes*, GPCCD, 1997
- MARCUS-MENDOZA, Susan; SARGENT, Elizabeth; HO, Yu Chong, “Changing Perceptions of the Etiology of Crime: The Relationship Between Abuse and Female Criminality”, in *Oklahoma Criminal Justice Research Consortium Journal*, <http://www.doc.state.ok.us/doc/ocjrc/ocjrc94/940650B.htm>
- MAROCO, João, *Análise Estatística Com Utilização do SPSS*, Edições Sílabo, 3.^a edição, Lisboa, 2007
- McCLELLAN, Dorothy S.; FARABEE, David; CROUCH, Ben M., “Early Victimization, Drug Use, And Criminality. A Comparison of Male and Female Prisoners” in *Criminal Justice and Behavior*, Vol. 24, No. 4, American Assotiation for Correctional Psychology, 1997
- NOGUEIRA, Conceição, *Um Novo Olhar Sobre as Relações Sociais de Género – Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001

- OFFICE FÉDÉRAL DE LA SANTÉ PUBLIQUE, *Au Féminin s' il vous plaît! La Pratique*, OFSP, Berne, 2005
- OLMO, Rosa del, “Reclusion de Mujeres por Delitos de Drogas. Reflexiones Iniciales”, apresentação *in* Reunión del Grupo de Consulta sobre el Impacto del Abuso de Drogas en la Mujer y la Familia, Organización de los Estados Americanos, Monvideo, 1996
- PAIS, Elza Maria, *Homicídio Conjugal em Portugal*, Hugin Editores, Lisboa, 1998
- PATRÍCIO, Luís Duarte, *Droga. Para que se Saiba*, Livraria Figueirinhas, Lisboa, 2002
- PINTO-COELHO, Manuel, *Toxicoddependência – A Liberdade Começa no Corpo*, Fim de Século Edições, Lisboa, 1998
- PIRES, Sandra, “Maus Tratos Infantis: Factor de Risco na Génese da Toxicoddependência. (Re) Visão Teórica”, *in* Toxicoddependências, Volume 11, n.º 1, Ministério da Saúde – Instituto da Droga e da Toxicoddependência, Lisboa, 2005
- POIARES, Carlos Alberto, “Da Justiça à Psicologia: Razões & Trajectória. A Intervenção Juspsicológica”, *in* Sub-Judice 22/ 23 – Psicologia e Justiça: Razões e Trajectos, Lisboa, 2007

- RIBEIRO, José Luís Pais, *Metodologia de Investigação em Psicologia e Saúde*, Legis Editora/ Livpsic, Porto, 2007
- SALTER, Anna C., *Pedofilia e Outras Agressões Sexuais*, Editorial Presença, Barcarena, 2003
- SANI, Ana Isabel, *As Crianças e a Violência*, Quarteto Editora, Coimbra, 2002
- SANTOS, Jorge Costa, “Intervenção Pericial Pluridimensional e Interdisciplinar na Área da Justiça. Do Acto Psiquiátrico Singular ao Modelo de Genebra”, *in Anais Portugueses de Saúde Mental*, Ano 6, Vol. 6, 1990
- SCHAFFER LIBRARY OF DRUG POLICY, “Childhood Victimization and Risk for Alcohol and Drug Arrests”, Series NIJ Research Preview, 1995
- SERRA, Adriano Vaz, “O «Inventário Clínico de Auto-Conceito»”, *in Psiquiatria Clínica*, 7 (2), 1986
- SHAVELSON, Richard J.; BOLUS, Roger, “Self-Concept: the Inter-Play of Theory and Methods”, *in Journal of Educational Psychology*, 74, APA Journals, Washington, 1982

- SIEGEL, Jane A.; WILLIAMS, Linda M., “The Relationship Between Child Sexual Abuse and Female Delinquency and Crime: A Prospective Study”, *in* Journal of Research in Crime and Delinquency, Vol. 40, No. 1, Sage Publications, 2003
- SILVA, Cecília Moura da, *Estatística Aplicada à Psicologia e Ciências Sociais*, Editora McGraw-Hill, Lisboa, 1994
- TORRES, Anália Cardoso; GOMES, Maria do Carmo, *Drogas e Prisões em Portugal*, IPDT e CIES/ ISCTE, Lisboa, 2002
- VERDE, Miguel Ángel Soria (coord.), *Manual de Psicología Jurídica e Investigación Criminal*, Ediciones Pirámide, Madrid, 2005
- VICENTE, Luísa Branco, *A Depressão na Criança*, Dissertação de Doutoramento em Medicina (Psiquiatria e Saúde Mental) apresentada à Faculdade de Medicina de Lisboa da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000
- ZLOTNICK, Caron, “Treatment of Incarcerated Women With Substance Abuse and Posttraumatic Stress Disorder, Final Report”, US Department of Justice, 2002

ANEXOS

Anexo 1

Informação

Participação em Inquérito

O inquérito para o qual pedimos a sua participação realiza-se no âmbito da Tese de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, da Faculdade de Medicina de Lisboa, intitulada “Maus-Tratos, Droga e Criminalidade: Uma Trilogia no Feminino”.

O objectivo principal desta investigação é procurar perceber se existe uma relação entre o tipo de crimes cometidos por mulheres, o consumo de substâncias, a existência de maus-tratos e o seu auto-conceito.

A população objecto de estudo será constituída por mulheres portuguesas em situação de reclusão, seleccionadas de forma aleatória, e os dados obtidos serão utilizados para análise estatística.

A participação neste inquérito é voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento pela participante.

O inquérito é confidencial, sendo total o anonimato dos dados e das participantes.

Após o seu preenchimento é colocado, pela inquirida, em urna fechada.

Os resultados deste trabalho serão enviados aos Estabelecimentos Prisionais que colaboraram no estudo.

A responsável pela investigação,

(Ivânia Gomes)

Julho de 2007

Anexo 2

Inquérito no âmbito da Dissertação do Curso de Mestrado intitulada "Maus-Tratos, Droga e Criminalidade: Uma Trilogia no Feminino"

ESTE INQUÉRITO É CONFIDENCIAL

1. Qual a sua idade? Anos

2. Qual a sua escolaridade?

(Assinale com um x a resposta correcta)

Nunca frequentou a escola (não sabe ler nem escrever)

Nunca frequentou a escola (sabe ler ou escrever)

1º ciclo do ensino básico (4ª classe ou equivalente)

2º ciclo do ensino básico (ensino preparatório ou equivalente)

3º ciclo do ensino básico (9º ano ou equivalente)

Ensino secundário (12º ano ou equivalente)

Ensino superior (ou equivalente)

3. Qual o seu estado civil?

(Assinale com um x a resposta correcta)

Solteira

Casada

Divorciada/Separada

Viúva

União de facto/Junta

4. Alguma vez consumiu drogas?

(Assinale com um x a resposta correcta)

Sim

Não

Se respondeu **Não** passe para a questão 5

Se respondeu **Sim**, responda por favor às seguintes questões:

4.1. Alguma vez esteve num programa de tratamento devido ao consumo de drogas?

(Assinale com um x a resposta correcta)

Sim

Não

Assinale com um x a resposta correcta

	Nunca/ Quase nunca	Às vezes	Muitas vezes	Sempre/ Quase sempre
4.2. Acha que o seu consumo de drogas está ou esteve alguma vez fora de controlo?				
4.3. A ideia de não consumir drogas deixou-a alguma vez ansiosa ou preocupada?				
4.4. Preocupou-se alguma vez com o seu consumo de drogas?				
4.5. Desejou alguma vez poder parar de consumir drogas?				

Assinale com um x a resposta correcta

	Fácil	Difícil	Muito Difícil	Impossível
4.6 Como acha que seria a paragem de consumo de drogas?				

5. Alguma vez foi vítima de maus-tratos físicos?

(Assinale com um x a resposta correcta)

Sim

Não

Se respondeu **Sim** indique por favor se ocorreu:

Na infância

Na adolescência

Na idade adulta

6. Alguma vez foi vítima de maus-tratos sexuais?

(Assinale com um x a resposta correcta)

Sim

Não

Se respondeu **Sim** indique por favor se ocorreu:

Na infância

Na adolescência

Na idade adulta

7. Alguma vez foi vítima de maus-tratos emocionais?

(Assinale com um x a resposta correcta)

Sim

Não

Se respondeu **Sim** indique por favor se ocorreu:

Na infância

Na adolescência

Na idade adulta

8. Qual o crime pelo qual está detida?

(Assinale com um x a resposta correcta)

Ofensas corporais

Roubo

Furto

Falsificação

Burla

Tráfico de drogas

Consumo de drogas

Tráfico e consumo de drogas

Homicídio

Crimes Sexuais

Assalto à mão armada

Outro crime

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO

Anexo 3

INVENTÁRIO CLÍNICO DE AUTO-CONCEITO

(A. VAZ SERRA)

Nome _____ Idade _____ anos Data _____
Est.Civil _____ Sexo _____ Habilitações _____ Profissão _____
Naturalidade _____ Residência _____
F1(1+4+9+16+17) _____ F2(3+5+8+11+18+20) _____ F3(2+6+7+13) _____ F4(10+15+19) _____ Total _____

INSTRUÇÕES

Todas as pessoas têm uma ideia de como são. A seguir estão expostos diversos atributos, capazes de descreverem como uma pessoa é. Leia cuidadosamente cada questão e responda verdadeira, espontânea e rapidamente a cada uma delas. Ao dar a resposta considere, sobretudo, a sua maneira de ser habitual e não o seu estado de espírito no momento. Coloque uma cruz (X) no quadrado que pensa que se lhe aplica de forma mais característica.

	Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Muito	Concordo Muitíssimo
1. Sei que sou uma pessoa simpática.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Costumo ser franco a exprimir as minhas opiniões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Tenho por hábito desistir das minhas tarefas quando encontro dificuldades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. No contacto com os outros costumo ser um indivíduo falador.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Costumo ser rápido na execução das tarefas que tenho para fazer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Considero-me tolerante para com as outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Sou capaz de assumir uma responsabilidade até ao fim, mesmo que isso me traga consequências desagradáveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. De modo geral tenho por hábito enfrentar e resolver os meus problemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Sou uma pessoa usualmente bem aceite pelos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Quando tenho uma ideia que me parece válida gosto de a pôr em prática.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Tenho por hábito ser persistente na resolução das minhas dificuldades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Não sei porquê a maioria das pessoas embirra comigo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Quando me interrogam sobre questões importantes conto sempre a verdade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Considero-me competente naquilo que faço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Sou uma pessoa que gosto muito de fazer o que me apetece.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. A minha maneira de ser leva-me a sentir-me na vida com um razoável bem estar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Considero-me uma pessoa agradável no contacto com os outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Quando tenho um problema que me aflige não o consigo resolver sem o auxílio dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Gosto sempre de me sair bem das coisas que faço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Encontro sempre energia para vencer as minhas dificuldades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>